



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零—二零一一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-44 期
I Série N.º IV-44

Data: 20 de Abril de 2011

Início da reunião: 15:00h

Termo da reunião: 18:05h

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Wong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Ho Iat Seng e Lam Heong Sang.

Convidados:

Chui Sai On, Chefe do Executivo;
Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;
Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Cheong Kuoc Va, Secretário para a Segurança;
Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Lau Si Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Fong Man Chong, Comissário contra a Corrupção;
Ho Veng On, Comissário de Auditoria;
José Proença Branco, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;
Choi Lai Hang, Director-geral dos Serviços de Alfândega;
Alexis Tam Chon Weng, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;

Grace Cheong Chui Ling, Chefe do Gabinete da Secretária para a Administração e Justiça;
Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;
Cecília Cheung So Mui, Chefe do Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Francis Wong Chan Tong, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Sam Vai Keong, Chefe do Gabinete do Comissário contra a Corrupção;
Chio Chim Chun, Chefe do Gabinete da Comissária de Auditoria;
Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;
Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;
Leong Vai Tac, Membro do Conselho Executivo;
Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;
Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;
Goretti Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia: Respostas dadas pelo Chefe do Executivo às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados em relação às acções governativas e aos assuntos sociais.

Sumário: Respostas dadas pelo Chefe do Executivo às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados em relação às acções governativas e aos assuntos sociais.

Acta:

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Governantes, Srs. Membros do Conselho Executivo, caros amigos da comunicação social:

Boa tarde.

Vamos dar início ao plenário.

Da ordem do dia consta a sessão de perguntas e respostas dos Srs. Deputados ao Sr. Chefe do Executivo. Antes de mais, em nome da Assembleia Legislativa (AL), agradeço ao Sr. Chefe do Executivo a sua presença neste plenário para responder às questões dos Srs. Deputados.

Hoje estão inscritos 22 Srs. Deputados para apresentar questões.

Às 16:30h faremos um intervalo de 00:30h, retomaremos a sessão às 17:00h e terminaremos às 18:00h. Até às 18:00h, se todos os Srs. Deputados inscritos tiverem feito uso da palavra, terminará o plenário. Se às 18:00h não estiver terminada a primeira ronda para uso da palavra, então o plenário prolongar-se-á até todos os deputados terem feito uso da palavra. Gostava de vos lembrar que desliguem ou silenciem os vossos telemóveis, no sentido de não perturbarem o plenário.

Ora bem, começamos esta sessão.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Chan Meng Kam, foi o primeiro a inscrever-se para usar da palavra. Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

No Relatório das LAG para 2011, o Governo assume a “continuidade da melhoria da qualidade de vida da população”. O Chefe do Executivo também afirmou que, quando a taxa de inflação ultrapassasse os 3%, o Governo ia adoptar medidas para aliviar a pressão na população mais carenciada. Já foram implementadas medidas para o efeito, mas como Macau está a ser influenciada pela inflação importada, desde Setembro e durante os 6 meses que se seguiram, a taxa de inflação ultrapassou os 3%. Em Fevereiro atingiu mesmo os 4,7% e, segundo as previsões, é provável que continue a aumentar. Com vista à concretização do princípio “ter por base a população”, o Governo deve maximizar os saldos financeiros, no sentido de continuar a apoiar a população e aliviá-la da pressão da inflação.

Sr. Chefe do Executivo, o Governo assumiu o compromisso de activar uma série de medidas quando a taxa de inflação ultrapassasse os 5%. Afinal, que medidas são essas? Vai, mais uma vez, avançar com a comparticipação pecuniária? Em caso afirmativo, quando? E qual será o montante?

Obrigado.

Presidente: Bem, tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Penso que todos se devem ainda lembrar que, em 2007, o Governo da RAEM propôs, utilizando como fundamento a partilha dos proventos da economia, implementar o plano de comparticipação pecuniária que está em vigor há bastante tempo. No relatório das Linhas da Acção Governativa (LAG) anunciamos a criação de um regime que rege a partilha dos proventos da economia. Quanto a este regime, os diversos governantes já vos tinham apresentado o nosso objectivo, que é o de transformar paulatinamente esta partilha num regime de acção social, especialmente no que diz a respeito à aposentação. Finda a apresentação deste relatório das LAG e a aprovação da proposta de lei do orçamento pela AL, o Governo da RAEM continuará aberto às opiniões de todos os residentes. Recentemente, fizemos uma série de estudos e inquéritos que recolheram opiniões valiosas, proferidas por muitas individualidades, associações cívicas e Srs. Deputados. Aproveitando esta oportunidade falo de questões de interesse geral. Algumas questões estão interligadas, outras são independentes, incluindo

reivindicações de maior apoio no âmbito da habitação pública, preços dos imóveis, inflação e comparticipação pecuniária.

Em primeiro lugar, todos os sectores andam preocupados com as causas da inflação, que reduz o poder de compra de todos os residentes de Macau. Quando a inflação é moderada e previsível pode ser útil para os investimentos, o emprego e o consumo, mas quando a inflação se revela gravosa torna-se factor de instabilidade social. A RAEM tem restrições para enfrentar a inflação. Em primeiro lugar, Macau não dispõe, como instrumento, de uma política monetária autónoma. A moeda local está indexada ao dólar de Hong Kong que, por sua vez, está indexado ao dos EUA. Sob o impacto causado pelas políticas monetárias expansionistas, implementadas pelos EUA, com vista a manter a taxa de câmbio da pataca estável, o Governo da RAEM obriga-se a seguir as políticas monetárias definidas pela Reserva Federal Americana, ficando com pouca margem de autonomia em sede de política monetária. Um sistema de indexação monetária implica que o ciclo económico de Macau deve ser basicamente igual ao de Hong Kong e dos EUA. Por exemplo, perante um crescimento económico muito acentuado, Macau deveria aumentar as taxas de juro. Acontece que, pelo facto de a pataca estar indexada ao dólar de Hong Kong e ao dólar dos EUA, Macau obriga-se a aplicar políticas de baixas taxas de juro, o que ajuda a fazer subir os preços do mercado imobiliário local.

Em segundo lugar, os factores externos dificilmente sofrerão alteração. É sabido que a componente fundamental da inflação é constituída pelos produtos e alimentos indispensáveis para a subsistência da população. Os produtos comerciais são maioritariamente importados, especialmente da China Continental. Tendo em conta que Macau é um porto franco, onde se pratica uma política de baixos impostos, em conjugação com a pequena dimensão da economia e recursos naturais limitados, o Governo da RAEM tem poucas margens para aplicar macropolíticas capazes de obstar aos efeitos negativos derivados de factores externos. Há quem defenda a alteração do regime de indexação vigente aos dólares de Hong Kong e dos EUA, para uma indexação ao yuan, no sentido de combater a inflação. Acontece que mesmo se a alteração do actual regime de indexação viesse a baixar temporariamente os preços dos produtos importados, poderia causar riscos acrescidos de oscilações económicas, ao colocar em causa a confiança depositada no mercado financeiro, trazendo impactos negativos imprevisíveis. Apresento a seguir, para vossa referência, as razões aduzidas pela Autoridade Monetária de Macau e pelo Gabinete de Estudo das Políticas, após estudos profundos. Sendo Macau um porto franco é muito difícil interferir em movimentos de liquidez. Caso a pataca seja indexada ao yuan, ou seja, desindexada do dólar de Hong Kong, o mercado tenderia a uma valorização estável da pataca e, neste caso, a pataca passaria a moeda subsidiária do yuan. Assim, entrava ainda mais “dinheiro quente” em Macau, para beneficiar de juros altos. Isto é obviamente desfavorável para controlar o mercado imobiliário, já muito marcado pela especulação. Segundo, actualmente os activos dos cidadãos de Macau são liquidados principalmente com o dólar de Hong Kong e uma eventual desindexação poderia desvalorizar estes activos.

Em terceiro lugar, caso a pataca seja indexada ao yuan, os activos do Fundo de Reserva terão de ser convertidos de dólares de Hong Kong para yuans. Acontece que o yuan não é uma moeda livremente convertível. Assim, tornar-se-ia difícil para a Autoridade Monetária de Macau proceder livremente a compras e vendas com recurso ao yuan. De notar ainda que sendo o valor das reservas cambiais da RAEM constituído por dólares de Hong Kong, uma desindexação do

dólar de Hong Kong poderia também produzir oscilações no sentido de uma desvalorização. Uma perda de valor do Fundo de Reserva da RAEM afectaria a estabilidade e a confiança em Macau. A prática mostra que o regime de indexação cambial é um sistema viável e eficaz que ajudou Macau a ultrapassar a crise financeira asiática e a crise financeira mundial. Numa conjuntura de crescimento económico contínuo, numa situação de praticamente pleno emprego, o preço dos bens de consumo em Macau sofrem obviamente pressões inflacionistas. A partir do ano passado a inflação em Macau agravou-se paulatinamente. A taxa de inflação acumulada em 2010 atingiu 2,81%. Num total de 12 meses, até Fevereiro deste ano, o índice de preços no consumidor (geral) aumentou 3,39%, comparado com o período homólogo anterior. Esta percentagem de 3,39% ultrapassou os 3%, definidos como sinal de alerta. Quanto a isso, o Governo da RAEM cumpriu a promessa, tendo sido aplicada uma série de medidas no início de Abril, com vista a ajudar os residentes com baixos rendimentos e a comunidade carenciada, os estratos mais atingidos pela inflação. Segundo dados recentemente divulgados, em Março a inflação acumulada em Macau atingiu já 3,69%. As estimativas apontam para que na última metade deste ano a taxa de inflação possa atingir 5%. Presentemente, o cenário internacional e no interior da China continuam a afigurar-se instáveis e incertos. Produtos de grande importância no mercado internacional, tal como o petróleo, não param de subir, passando as pressões da inflação dos sistemas económicos emergentes para os sistemas económicos desenvolvidos. A China Continental está também a sofrer as pressões de aumento acelerado dos preços dos bens de consumo, prevendo-se um aumento da inflação. O Fundo Monetário Internacional divulgou em Abril as suas Perspectivas da Economia Mundial, onde se prevê que em 2011 a taxa de inflação na China seja de 5%. Segundo as estimativas do Centro de Pesquisa do Desenvolvimento do Conselho de Estado de Junho, o pico do IPC situar-se-á entre os 5,3% e os 5,5%, o que aumentará a taxa de inflação acumulada em Macau. Nesta situação, estamos a considerar um aumento de inflação produzido pela subida de preços de artigos essenciais, de alimentação e bebidas não alcoólicas. De notar que percebemos perfeitamente as pressões da inflação que recaem sobre todos os cidadãos. Quanto a isso, ouvimos as reivindicações, positivas e fortes, proferidas pelas diversas associações cívicas. Segundo a análise feita, devido às limitações de Macau, embora pouco possamos fazer, o Governo envidará todos os esforços para minimizar as consequências negativas. Resolver os problemas de subsistência da população é a prioridade das prioridades na acção governativa. Compreendemos perfeitamente as dificuldades dos cidadãos, sentimo-las como se fossem nossas, nomeadamente os problemas de residentes com menores recursos. Com vista a ajudar todos os residentes a combater a inflação, e depois de consultar os resultados de diversos estudos e das sondagens, nas condições actuais, as medidas de apoio gerais são um instrumento bastante eficaz para ajudar os cidadãos. Após ponderação profunda, consulta aos dados de inflação registados no ano passado, análise do cenário mundial e da China Continental, e, considerando a existência de mais de 41,8 mil milhões de patacas acumuladas do orçamento do ano anterior, com este avultado excedente, decidimo-nos, mais uma vez, por medidas para minimizar os efeitos da inflação, incluindo uma medida única de apoio, a aplicar na última metade do ano, a atribuição a cada residente permanente de Macau de um cheque no valor de 3.000 patacas e a cada residente não permanente, um cheque no valor de 1.800 patacas. Depois de ser aprovado o respectivo regulamento administrativo pelo Conselho Executivo, iremos apresentar à AL a proposta de lei do orçamento suplementar. Portanto, fazemos votos para que venhamos a obter o apoio do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados. Estamos cientes de que qualquer

medida implementada apresenta vantagens e desvantagens. Depois de ponderar os prós e os contras, o Governo decidiu dar prioridade à resolução das necessidades mais urgentes dos cidadãos. Há quem defenda que a comparticipação pecuniária pode ajudar a disparar a inflação. Segundo os nossos cálculos, o dinheiro que os cidadãos irão receber produzirá um impacto negativo pontual e de curto prazo, sobre os preços dos bens de consumo, não sendo evidente que aumente de forma permanente os preços dos bens de consumo, de forma a agravar ainda mais a inflação. De acordo com o “Inquérito dos Orçamentos Familiares 2007-2008”, divulgado pela Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos, o cálculo da oferta e procura mostra que cada mil patacas a atribuir poderá agravar a inflação na ordem dos 0,15%. Assim, três mil patacas a atribuir poderão agravar a inflação na ordem dos 0,45% e, portanto, o impacto será mínimo. As despesas totais serão de 1,7 mil milhões de patacas no orçamento do Território. Eis as medidas para ajudar os residentes a combater a inflação. Primeiro, incentivar as empresas a aumentar os salários dos seus empregados, pois as empresas com boa capacidade económica devem aumentar os salários dos seus funcionários. Após a crise financeira mundial, a economia de Macau recuperou bem, de modo que incentivamos as empresas com boa capacidade económica a aumentarem salários. Segundo, na medida do possível ajudaremos a classe média a resolver os problemas habitacionais. De resto, incentivamos o aperfeiçoamento contínuo para uma melhor qualificação profissional, promoveremos a diversificação de profissões e impulsionaremos a certificação profissional. Estudaremos o aumento do montante isento de imposto sobre rendimento do exercício profissional, por conta de outrem ou por conta própria, e aperfeiçoaremos o regime da segurança social. Além disso, iremos garantir o fornecimento de alimentos e a estabilidade dos seus preços, através da abertura de mais canais de fornecimento. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais irá coordenar as negociações entre o sector local e seus fornecedores, para a assinatura de uma carta de intenções, no sentido de assegurar o fornecimento de alimentos em quantidade suficiente, oferecendo mais opções aos cidadãos. Enquanto reduzimos, na medida do possível, os intermediários dos circuitos de comercialização, iremos divulgar informações periodicamente para aumentar a transparência e promover uma concorrência leal, de forma a garantir preços razoáveis.

Aqui, quero reiterar que o Governo Central e os respectivos ministérios e comissões, tais como a Administração Geral de Qualidade, Supervisão, Inspeção e Quarentena, da China e o Ministério do Comércio, deram sempre um forte apoio à RAEM, em todos os aspectos, incluindo a disponibilização de fornecimentos suficientes, abertura de novos canais e segurança dos alimentos a exportar para Macau.

Esta é a minha resposta às questões do Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A inflação aumenta constantemente em Macau, destacando-se a taxa de aumento do preço dos alimentos. As camadas sociais mais desfavorecidas, assim como os residentes com baixos rendimentos,

estão a sofrer cada vez mais pressão. E, face às preocupações sociais suscitadas, o Governo continua a recorrer ao Instituto de Acção Social para apoiar as famílias com dificuldades económicas, reajustando o índice mínimo de subsistência e atribuindo um subsídio anual a três tipos de famílias mais desfavorecidas. Mas há outros grupos que merecem a nossa atenção, como os *working poor* e as pessoas e famílias com baixos rendimentos, cujo montante ultrapassa o índice mínimo de subsistência.

O apoio do Governo não se deve limitar à atribuição de apoio pecuniário, este deve dispor de um plano de longo prazo que inclua, nomeadamente, o estabelecimento de regimes estáveis no âmbito da segurança social e da pensão de velhice, incluindo também as pessoas pobres de meia-idade. Se os seus filhos não tiverem de suportar encargos elevados com a subsistência dos pais, pode evitar-se que a pobreza se estenda às gerações vindouras. É necessário investir recursos para reforçar a educação moral e as aptidões intelectuais das crianças das famílias em que ambos os elementos do casal trabalham fora de casa, e das famílias monoparentais, a fim de que consigam ser diligentes e robustas. É ainda necessário construir uma sociedade onde reinem valores humanistas, como dar importância à concorrência leal e à disponibilização de oportunidades, a fim de que os filhos das camadas sociais mais baixas tenham oportunidade de vir a ter uma vida melhor. Para reduzir a população pobre, o Governo deve adoptar políticas e medidas adequadas, aquando da avaliação global sobre a pobreza em Macau.

Sr. Chefe do Executivo:

De que outras medidas dispõe o Governo para apoiar as camadas sociais mais desfavorecidas e os residentes com baixos rendimentos? O Governo já procedeu à definição de planos de médio e longo prazo, para ajudar as pessoas com baixos rendimentos a livrarem-se da pobreza?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Lau Veng Seng.

O Governo já aplicou uma série de medidas destinadas aos residentes com baixos rendimentos e à comunidade carenciada. Já compilámos estas medidas aplicadas. Segundo a definição de segurança social, da Organização Internacional do Trabalho, a segurança social consiste em três vertentes: segurança social, assistência social e bem-estar social. Como os itens desta matéria são muitos, caso o Sr. Presidente permita, passaria este documento ao Sr. Presidente, para distribuir aos Srs. Deputados como referência. Assim, lendo este documento, ficam a conhecer as medidas aplicadas nestas três vertentes: segurança social, assistência social e bem-estar social. De notar que estamos abertos às vossas opiniões para introduzir melhorias. Em termos das políticas gerais do Governo da RAEM referiram que erradicar a pobreza implica considerar a passagem de geração para geração dessa situação. A nosso ver, o mais importante é a Educação. Portanto, além da escolaridade gratuita de 15 anos, o Governo da RAEM apostou no ensino superior. Além do apoio dado às famílias, está ao dispor dos estudantes um empréstimo para estudos no valor máximo de 400 mil patacas, para pagar a frequência do ensino superior. Este empréstimo é isento do pagamento de juros, pois alguns estudantes preferem

pagar por si próprios os seus estudos sem sobrecarregarem os pais. Findos os estudos, e depois de se empregarem, poderão reembolsar o empréstimo. Este é um dos objectivos desta política. As políticas do Governo da RAEM são muito claras. Os jovens nunca são afastados da escola devido à falta de condições das suas famílias, incluindo do ensino não superior. O empréstimo para frequentar o ensino superior é concedido pelo Fundo do Ensino Superior ou pelo Governo. Estes empréstimos estão isentos do pagamento de juros. Iremos criar mais oportunidades e destaco dois aspectos: primeiro, garantir aos jovens oportunidades de frequentarem o ensino superior para puderem servir no futuro a sociedade e sair da pobreza; segundo, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior esforçam-se por obter mais vagas nas universidades bem classificadas no mundo, para distribuir aos estudantes finalistas do ensino secundário complementar que tenham bom aproveitamento escolar. O Governo vai dar ainda mais apoios aos jovens de Macau para que possam concluir o ensino superior em universidades de outros países. Acredito que, ao fim e ao cabo, é preciso investir na Educação para ultrapassar a pobreza. Quanto ao apoio à comunidade carenciada, através do Instituto de Acção Social e do Fundo de Segurança Social, foram recolhidas muitas opiniões. O Fundo de Segurança Social, através do Conselho Permanente de Concertação Social, é a instância onde as partes, laboral, patronal e governamental, podem estudar esta matéria. Penso que todos já sabem quais são os problemas do FSS, para cujo desenvolvimento saudável e pleno, a longo prazo, é exigido o esforço conjunto de todas as partes. Por exemplo, face ao actual montante de contribuições, o Governo terá de injectar verbas avultadas no FSS para conseguir responder às reivindicações de todos os residentes. Há preocupações para com idosos e residentes de baixos rendimentos. Quanto a isso, o Governo irá, com prudência, estudar a aplicação, o mais cedo possível, do eventual saldo positivo financeiro no FSS, para que este possa adquirir maior capacidade de intervenção. Tenho o prazer de entregar um documento ao Sr. Presidente, se me é permitido, para referência dos Srs. Deputados. Cito um exemplo: no caso de um aumento do valor da pensão de velhice de duas mil para três mil patacas qual seria a verba que o Governo teria de disponibilizar? Segundo os dados que li, teríamos de injectar 2,9 mil milhões de patacas. Portanto, teríamos de disponibilizar verbas significativas para o FSS. É claro que sem essas aplicações no FSS, segundo as actuais proporções das contribuições e das receitas, a falência seria um risco. Portanto, podemos estudar esta matéria em conjunto. Estamos dispostos a acolher sugestões sobre a forma como se devem investir as receitas fiscais e o excedente do orçamento. Há ainda outra situação que nos merece atenção: não está em vigor um fundo de previdência obrigatório. O montante das contribuições é bastante baixo e é muito difícil fazer face a tantas despesas. Assim, gostava de entregar estes dados já tratados ao Sr. Presidente, para os Srs. Deputados estudarem e apresentarem propostas. Faço notar que a política do Governo é bem clara: sempre que haja saldo positivo estamos dispostos a injectar mais verbas no FSS.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado Sr. Presidente.

Srs. Membros do Governo, caros Colegas:

“Aumenta o fosso entre os ricos e pobres”

Um recente estudo social realizado por uma prestigiada universidade local, concluiu de uma forma peremptória que há mais pessoas a ganhar cerca de duas mil patacas por mês, ao mesmo tempo que se multiplicam os lucros dos casinos. Ou seja, o aumento do fosso entre os ricos e os pobres e as desigualdades sociais são mais que evidentes. O estudo revela, que o *coeficiente de Gini* se tem agravado em Macau ano após ano. O coeficiente é medido numa escala que começa em 0 (igualdade plena) e vai até 1 (desigualdade plena). Em 1999 cifrava-se em 0.43 pontos, subindo para 0.45 em 2004, para 0.52 em 2007 e para 0.72 em 2009. O que demonstra que o nível da qualidade de vida da população está cada vez reduzido. Gostaria de perguntar ao Sr. Chefe do Executivo, perante esta situação, afinal quem é que o nosso Governo serve? Os residentes ou os estrangeiros? Outra questão liga-se ao problema de inflação que há pouco referiu o Sr. Chefe do Executivo, as pressões que estamos a encarar são a subida de preços dos bens essenciais, reconheço que a comparticipação pecuniária, sem margem a qualquer dúvida, alivia um pouco as pressões e diminua as vozes contra as acções governativas. A minha questão é que, perante estas pressões, apesar de o Governo ter lançado um pacote de políticas, os preços dos imóveis não foram reduzidos, antes aumentados. Assim, como é que pode resolver radicalmente os problemas para o alívio das dificuldades com que os residentes se deparam?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Pereira Coutinho.

Em primeiro lugar, se for possível, agradeço ao Sr. Deputado Coutinho que me passe uma fotocópia desse relatório para análise. Como esse relatório é um estudo realizado por uma instituição de ensino superior local teremos de ver: quais os temas que foram estudados; quais os métodos utilizados; qual o teor do questionário; quantas pessoas foram entrevistadas. Será que essas pessoas entrevistadas são uma amostra representativa de toda a população de Macau? Portanto, temos de estudar isso, por haver uma diferença entre esse relatório e a nossa política. Sabem que recentemente foi aprovado um regulamento administrativo que define uma garantia mínima: é atribuído a um trabalhador um subsídio de três meses, no valor de 4 400 patacas, desde que os seus salários, em média, sejam de 2 mil patacas. Temos a obrigação de acompanhar esse caso referido. Os serviços competentes vão apurar por que razão isso aconteceu com os residentes de Macau. Se for possível, agradeço ao Sr. Deputado que nos facilite esse estudo para a devida análise. Em Macau, muitas instituições de ensino superior dispõem de departamentos para realização de estudos. Estamos dispostos a partilhar esse relatório com o Sr. Deputado Pereira Coutinho. Pode entregar esse relatório ao Sr. Alexis Tam. Na posse desse relatório será possível estudar esse problema específico.

A segunda questão tem a ver com os preços dos imóveis. Sei que esta matéria merece atenção generalizada. Na resposta dada há pouco ao Sr. Deputado Chan Meng Kam já referi as questões sobre os preços dos imóveis e as habitações públicas. Bem, aproveitando esta oportunidade, aduzo mais esclarecimentos. Em matéria de habitação pública envidamos todos os esforços para cumprir a promessa de construir 19 mil casas. No entanto, a meu ver, a conclusão destas 19 mil unidades não significa o fim do planeamento de projectos de habitação pública. Isso depende essencialmente das necessidades. É sabido que a proposta de lei da habitação económica

já foi submetida à apreciação da AL, e talvez a respectiva comissão leve algum tempo para a apreciar. Nós esforçamo-nos por aprovar e promulgar o mais cedo possível esta lei. Recentemente, ouvi as opiniões de vários Srs. Deputados, líderes das associações, residentes e jovens. Os jovens têm a expectativa de, após alguns anos de trabalho, comprarem habitação própria. Alguns vão casar-se, mas não querem viver com os pais e como não dispõem de recursos suficientes acabam por ficar em casa dos progenitores. Os pais não querem pagar a entrada para a compra da casa, despesas com a renovação da habitação, etc. Em suma, todos tinham expectativas de compra de habitação própria. Demos conta também dos problemas surgidos recentemente com as habitações em construção. Portanto, o Governo da RAEM estudou estes problemas. O Sr. Secretário Lau e o seu grupo de trabalho realizaram estudos aprofundados sobre estes problemas. Chegaram à conclusão de que é desejável a atenção e intervenção do Governo da RAEM. Assim, por iniciativa do Governo da RAEM, apresentamos as propostas que se seguem:

Propomos aplicar um imposto especial de selo sobre as fracções com finalidade habitacional ou fracções em construção, caso estas sejam vendidas no prazo de dois anos. Por outras palavras, às fracções vendidas dentro de um ano aplica-se 20% do imposto; às fracções vendidas depois de um ano, mas por período não superior a dois anos, aplica-se 10% do imposto. Apresentaremos o mais cedo possível esta proposta de lei à apreciação da AL e esperamos obter o apoio do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados. A segunda proposta visa apertar os limites máximos de empréstimo para compra de fracções em construção. Em breve a Autoridade Monetária de Macau emitirá orientações onde será definido que os residentes permanentes de Macau só podem contrair um empréstimo, no máximo, de 70% do respectivo valor, para fracções em construção, ao passo que residentes não permanentes podem contrair um empréstimo, no máximo, de 50% desse mesmo valor. De momento, decidimos não definir isenções.

A proposta de lei sobre “Regime jurídico de compra de edifícios em construção” encontra-se em consulta pública. O Governo vai procurar o mais cedo possível entregá-la à apreciação da AL. Para a implementação deste regime jurídico, os serviços públicos competentes irão emitir orientações e aplicar medidas que visem aumentar a transparência do mercado, com o objectivo de combater eficazmente situações de fuga fiscal e falta de pagamento do imposto de selo sobre transmissões de imóveis. A Direcção dos Serviços de Finanças irá adoptar medidas exigindo ao promotor de edifícios em construção que dê a sua colaboração para garantir o cumprimento do dever de pagar os impostos definidos no contrato de venda. As orientações e medidas referidas dificultarão as especulações de compra e venda de edifícios em construção. Iremos reforçar a gestão dos riscos de empréstimo para edifícios em construção, divulgar mais informações sobre compra e venda de edifícios em construção, para que antes de tomarem as suas decisões os residentes possam ponderar de forma prudente e racional os termos de aquisição. Entretanto, ficarão melhor salvaguardados os direitos legítimos dos compradores de edifícios em construção e será reforçada a fiscalização sobre os contribuintes para o pagamento de impostos nos termos legais. De um modo geral, estas medidas irão incentivar um desenvolvimento saudável do mercado imobiliário. Portanto, iremos submeter a proposta de lei o mais cedo possível à apreciação da AL.

Sr. Presidente:

Concluí a resposta às questões do Sr. Deputado Pereira Coutinho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau vai proporcionar boas oportunidades para o desenvolvimento, nos próximos dez anos e também numa perspectiva de longo prazo. No âmbito desta relação de cooperação, e com o Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha, é de esperar um progresso mais acelerado desta ilha e de Macau. Deste processo resultará também a formação de sectores locais de indústrias emergentes, como a medicina tradicional chinesa, exposições e convenções e indústrias culturais e criativas, criando assim condições para a diversificação económica da economia local. É por isso que a sociedade em geral deposita uma certa esperança neste Acordo Quadro.

Para que os planos resultem e se atinjam os efeitos desejados é preciso implementá-los e é necessária a concretização das políticas que lhes estão subjacentes. Nas linhas gerais do referido Acordo Quadro, foram traçados os objectivos até aos anos de 2015 e 2020, mas que medidas de curto prazo, bem como de médio e longo prazo, tem o Governo da RAEM para conseguir alcançá-los?

Além disso, como o papel dos Governos de Guangdong e de Macau consiste em proporcionar uma plataforma, esta deve ter como utilizadores principais os sectores comercial e industrial, designadamente as pequenas e médias empresas, os operadores profissionais e não profissionais, assim como a população em geral, para que os benefícios da cooperação cheguem a todos os sectores sociais. O Governo deve criar uma janela de acesso a informações, destinada aos vários sectores de actividade, dando resposta às suas apreensões e dúvidas em participar nos projectos de cooperação. Tal medida contribuirá também para um melhor ambiente de empregabilidade e de vida, atraindo a participação das PME e da população nos projectos de investimento. Deste modo, quando irá fazer isso?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Quanto ao desenvolvimento da Ilha da Montanha, foram promulgadas sucessivamente medidas, após anos de estudos. No XII Plano Quinquenal, o capítulo exclusivamente dedicado às Regiões Administrativa Especial de Hong Kong e de Macau define como objectivo para Macau o desenvolvimento como Centro Mundial de Turismo e Lazer, no âmbito do reforço da cooperação regional. Nas Linhas Gerais do Plano da Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas sublinha-se a importância da cooperação regional. As nove cidades situadas no Delta do Rio das Pérolas devem criar áreas caracterizadas pela qualidade de vida. Guangdong, Hong Kong e Macau, deverão impor-se como destinos turísticos mundiais e promover uma imagem de marca de turismo regional. No âmbito do Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha é definido este posicionamento que favorece o desenvolvimento sustentável de Macau e o desenvolvimento de sinergias entre Macau

e Zhuhai. Este posicionamento para o desenvolvimento sustentável de Macau é o fruto dos estudos a longo prazo. Quero salientar que fomos ouvidos pelas equipas de investigação, especialistas, estudiosos do interior da China e pelos membros da Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma, que se deslocaram a Macau e Guangdong para realizar estudos. Os especialistas, estudiosos e os serviços públicos competentes da RAEM manifestaram as suas opiniões. Em suma, pode dizer-se que este é um desejo comum. Através da cooperação regional teremos maiores possibilidades de desenvolvimento, apesar das nossas limitações. Destaco a diversificação adequada da economia, através da cooperação regional e do desenvolvimento da Ilha da Montanha. Recentemente, ou seja, em Março, foi celebrado o “Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”. Os documentos que acabei de referir definem os termos do aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau, carecendo de discussão alguns pormenores. Por exemplo, na “Conferência Conjunta de Cooperação Guangdong-Macau”, que se realizou recentemente, reuni-me com o Sr. Secretário-geral Wang Yang. Nesse encontro apresentei-lhe mais uma vez a questão sobre as receitas fiscais e a gestão separada da Ilha da Montanha. O documento define claramente a gestão separada, mas como implementá-la? Portanto, é preciso definir os pormenores da sua implementação final. Pergunta-se: porque escolheram a Ilha da Montanha para a diversificação da economia? Considerando as condições geográficas e as necessidades, esta escolha é positiva para Macau. O “Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” obriga as partes à construção de uma zona industrial comum, com uma área de cerca de 5 km². Em Macau temos primeiro de implementar alguns procedimentos administrativos. Primeiro, temos de publicar um regulamento administrativo para constituir uma empresa a financiar pela RAEM, pois esta é uma exigência do Acordo. A empresa de Macau e de Guangdong irá construir um Parque Científico e Industrial com uma área de 5 km². Segundo, a referida empresa será da competência do Sr. Francis Tam, Secretário para a Economia e Finanças. Esta competência será atribuída ao Sr. Secretário Francis Tam, através de um procedimento administrativo. O passo seguinte a dar será constituir uma empresa conjunta com a parte de Guangdong. Recentemente, recolhemos muitas opiniões e, por um lado, iremos aumentar a transparência, por outro lado, integrar pessoas de Macau na comissão de avaliação de projectos. A nossa preocupação é ajudar as PME de Macau a desenvolverem a sua actividade na Ilha da Montanha. As PME necessitam do apoio do Governo. O Sr. Secretário Francis Tam defende que as PME participem no desenvolvimento da Ilha da Montanha. É evidente que é bem-vinda a sua participação nos grandes projectos. Só que para tal é preciso um mecanismo de apoio governamental e o executivo tem todo o prazer em as ajudar. O primeiro projecto a lançar é o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa. Porquê? Foi uma ideia de Macau e de Guangdong, especialmente de Guangdong. A nossa Pátria é o maior exportador de matérias-primas de medicamentos chineses cujas vendas são muito significativas na Ásia e na Europa. Destaco países como o Japão, a Coreia do Sul e a Alemanha, entre outros. Graças às vantagens apresentadas pela RAEM, onde vigora o princípio “um país, dois sistemas”, será criado ainda um parque em Macau, além do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa na Ilha da Montanha. De referir que, com o apoio do Ministério da Saúde e da Administração Nacional de Medicina Tradicional Chinesa, em Macau foi criado, há anos, um instituto de investigação, que representa uma base de estudo e desenvolvimento. De forma que nós... Devem ter reparado recentemente no BO a publicação da autorização da criação de um laboratório de medicina chinesa a nível nacional, o que é um forte apoio a Macau! Presentemente, estamos em estreito contacto com a

Organização Mundial de Saúde e são grandes as possibilidades de criar um centro em Macau para formar pessoas qualificadas em medicina chinesa. Estas iniciativas ajudam-nos a ultrapassar duas dificuldades. Primeira, a certificação internacional. Segunda, a inspecção de qualidade. Se estas duas dificuldades forem vencidas, será muito positivo para o futuro desenvolvimento e comercialização de produtos nos países lusófonos, na América do Norte e na União Europeia. Bem, este deve ser o primeiro projecto a desenvolver. Ontem, foram iniciadas obras nos primeiros terrenos disponíveis. Para a próxima fase o Sr. Secretário Francis Tam irá ouvi-los. Entretanto, faremos todos os esforços para criar mais oportunidades para que os residentes, os empresários e as PME de Macau, possam participar no desenvolvimento da Ilha da Montanha. O Governo criará oportunidades e dará apoios, mas não se imiscuirá na gestão comercial.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Melinda Chan Mei Yi.

Melinda Chan Mei Yi: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Nos últimos tempos, o Governo lançou uma série de medidas para fazer face à inflação, uma das quais é o plano de comparticipação pecuniária. Mas, estas medidas são temporárias, os residentes não sabem se estas vão estender-se ao ano seguinte. Daí que este dinheiro não pode incluir-se no plano de gestão patrimonial individual de longo prazo, por exemplo: a prestação de amortização de habitações.

É bom que o Governo adopte muitas medidas de benefício e atribua os diversos subsídios, muito embora isso leve à dispersão dos recursos financeiros, não pode resolver radicalmente os problemas. Por exemplo: o aumento do valor da pensão de velhice apenas para as duas mil patacas, devido a não atingir o índice de sobrevivência, não produz os efeitos desejados.

Neste momento, em Macau aplica-se a baixa taxa profissional e a da contribuição industrial, mas o imposto de jogo é alto. Assim, como é que o Governo pode utilizar melhor este imposto? A melhor distribuição do mesmo é da responsabilidade do Governo.

De acordo com os dados divulgados pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, verificou-se, no 4.º trimestre do 2010, que as pessoas que auferem rendimentos entre as 6 mil patacas e 15 mil patacas ocupam 48.3% da população activa. Este grupo de pessoas vai enfrentar os altos preços dos imóveis e a alta inflação, e dispor apenas de uma pequena poupança, após a sua aposentação. Obtêm apenas uma pensão de velhice de valor baixo e têm ainda de cuidar das suas famílias. Neste contexto, o que vai fazer o Governo? O Governo pode lançar as políticas de benefícios e de habitação de longo prazo com estabilidade?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigada Sr. Presidente, obrigado Sr.^a Deputada Melinda Chan Mei Yi.

Tenho recebido muitas queixas e apelos quanto aos problemas da vida quotidiana e do acesso aos cuidados de saúde por parte de idosos. Foram aplicadas medidas porque temos a responsabilidade de cuidar bem das gerações mais velhas, de prover às suas necessidades. A política aplicada tem por objectivo permitir que os idosos vivam em casa com familiares e usufruam de centros de dia e do acesso a especialidades médicas para a terceira idade. Quanto a essas questões já dei a minha resposta. A Sr.^a Deputada Chan fez uma boa pergunta: vai o Governo injectar mais verbas no FSS aproveitando as receitas do jogo? Sim, vamos considerar essa possibilidade. Quanto ao aperfeiçoamento do regime preocupam-nos também as famílias carenciadas. As crianças dessas famílias não perderão a oportunidade de receber educação devido a dificuldades económicas. O que foi feito no âmbito da acção social e da segurança social? O Sr. Secretário irá elucidar e ouvir os Srs. Deputados.

Sr.^a Deputada Chan:

Teremos de apurar as consequências da atribuição ou alteração de benefícios. Portanto, temos de as estudar com calma, uma vez que, tal como referiu, há apoio generalizado a essas medidas que trazem também benefícios específicos. Será que a redução de benefícios específicos faz baixar a qualidade de vida dos beneficiários? A redução de benefícios generalizados causará descontentamento? A meu ver, temos de estudar o regime em vigor em todas as suas vertentes. De notar que são, de facto, atribuídos muitos benefícios, tal como referiu. Estamos dispostos a ouvir os Srs. Deputados sobre estas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Embora a economia de Macau tenha registado um rápido desenvolvimento nos últimos anos, e se tenha verificado um aumento nos rendimentos dos residentes, os custos com a sobrevivência, sobretudo em termos de vestuário, alimentação, habitação e transportes, têm vindo a aumentar constantemente. Além disso, a chegada anual de mais de 20 milhões de turistas restringiu significativamente o espaço de viver dos residentes, contribuindo para a queda do índice de alegria dos mesmos. Se bem que o Governo tenha adoptado várias medidas e soluções, tais como a concessão de subsídios para ajudar a população a enfrentar a inflação, bem como a implementação do Plano de Comparticipação Pecuniária e a atribuição de vales de saúde, para reduzir os custos de vida, mesmo assim, a população não consegue ainda partilhar directamente os frutos do desenvolvimento económico. Para os residentes, tanto o sucesso económico como o aumento do PIB são coisas longe deles.

Assim sendo, Sr. Chefe do Executivo, tendo em conta o contínuo desenvolvimento do sector do jogo, como é que vai o Governo criar uma relação directa entre o desenvolvimento desse sector e os rendimentos dos residentes, a fim de aperfeiçoar o regime de distribuição das receitas, permitindo assim à maioria da população partilhar directamente dos frutos económicos e indexar o grau de desenvolvimento económico ao grau de rendimentos da população?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Nos últimos dez anos, especialmente desde 2003, a economia de Macau tem crescido de forma acelerada. Acredito que muitos residentes de Macau melhoraram as suas condições de vida. O Sr. Deputado Lee disse haver residentes que não conseguiram partilhar os proventos deste crescimento. Os dados económicos indicam que o desenvolvimento de Macau produziu bons resultados. Sim, estamos atentos à situação de quem tenha baixos rendimentos. Os problemas da comunidade carenciada preocupam-nos e estudamos atentamente soluções viáveis para os superar. Em relação à classe média, as suas preocupações, em matéria de habitação pública e política de habitação, estão a ser devidamente consideradas. O Sr. Secretário Lau afirmou várias vezes que as 19 mil habitações públicas prometidas serão concluídas gradualmente. Recentemente, o Sr. Secretário Lau e a sua equipa desenvolveram esforços para resolver alguns problemas, dando prioridade à disponibilização de terrenos, e realizaram concursos públicos nesse sentido. Segundo o relatório que me entregaram, em finais de Junho os terrenos destinados à construção de habitação pública estarão prontos para ser colocados a concurso e iremos disponibilizar mais terrenos para construir habitação pública. Além destes terrenos, iremos cativar certos lotes dos cinco aterros, a aprovar pelo Governo Central, para esta finalidade. Isto satisfará as expectativas da classe média e dos jovens que consideram ter sido preteridos na partilha dos frutos do desenvolvimento económico. Entretanto, a construção de mais habitação pública poderá equilibrar o mercado imobiliário. Tal como expliquei há pouco, temos muitas limitações e é difícil conter pressões inflacionistas. Quanto a isso podemos tomar a situação da China Continental como referência. Hoje, fiquei a saber que se Pequim conseguiu baixar ligeiramente os preços dos imóveis, noutras grandes cidades tal não foi possível, apesar da introdução de medidas nesse sentido. Outras causas, possivelmente, dificultaram a descida dos preços. De qualquer forma, tal como disse a todos, fazemos o possível. De notar que esta matéria é influenciada por vários factores, muitos fora do controlo do Governo. Em Macau vigora o princípio “um país, dois sistemas” e a nossa sociedade é capitalista. As estratégias para o desenvolvimento de Macau passam pelo desenvolvimento sustentável da economia e pela melhoria do nível de vida da população. E porque se promove a diversificação da economia? Porque é preocupante dependermos de um único sector, cujas flutuações podem afectar todo o território, de maneira que é preciso desenvolver a economia e melhorar o nível de vida da população. Recentemente, a maior parte das preocupações incidiram sobre a habitação pública e os preços dos imóveis. Hoje, em representação do Governo, vou anunciar um pacote de medidas a aplicar para obviar a estas preocupações. Há uma semana, o Sr. Secretário Tam e eu apelámos a uma pausa na compra de imóveis e fomos criticados. E se os preços continuarem a subir, assumem a responsabilidade por eventuais prejuízos? Bem, como poderia eu assumir responsabilidades?! Posso, sim, fazer tudo o que seja possível no sentido do equilíbrio entre a procura e a oferta. Estamos perfeitamente cientes do aumento anual da inflação e dos preços dos imóveis. É muito comum uma alta acelerada de custos imobiliários excluir potenciais compradores. Portanto, é necessário um ajustamento, baixando um pouco a “temperatura” do mercado imobiliário através do pacote das medidas aplicadas pelo Sr. Secretário Lau, especialmente os preços dos edifícios em construção. A meu ver, a longo prazo, continuamos a precisar de desenvolver a economia e melhorar o nível de vida da população. O Governo irá aumentar o investimento na educação, nos cuidados de saúde, na segurança social e disponibilizaremos mais recursos para

contribuições pecuniárias, a título de partilha dos proventos do crescimento da economia. Quero salientar um aspecto muito importante: dar mais oportunidades aos residentes activos de Macau para acederem à formação e aumentarem as suas qualificações. Quanto a isso, na sequência de iniciativas anteriores, iremos trabalhar ainda mais neste sentido, de forma a conceder oportunidades para os residentes aperfeiçoarem as suas qualificações, conseguirem melhores perspectivas de carreira e rendimentos.

Esta é a minha resposta a essas questões.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo:

Em Macau há muitas pessoas e poucos terrenos, e a qualidade de vida tem vindo a piorar. Face às transformações climáticas, o calor é cada vez mais intenso. No Verão, só com ar condicionado se pode controlar a temperatura nos recintos fechados. A protecção ambiental, redução de emissões e poupança de energia, são tendências mundiais. O Governo vai, então, tornar mais confortável o espaço habitacional e aumentar as condições de habitabilidade dos nossos residentes? Actualmente, a altura dos andares é de 2,7m, e o pé direito apenas de cerca de 2,5m, mesmo que se instale um ventilador no tecto, não se sente fresco, o que não favorece a circulação de ar, e não permite ter uma casa ideal, situação que sobressai nos edifícios baixos dos bairros antigos, com fracções pequenas. No ano passado, as Obras Públicas propuseram a alteração da altura dos edifícios da classe M, de 20,5m para 21,6 m, mas isso apenas resolve a questão da altura das fracções comerciais do rés-do-chão, não resolve a das fracções habitacionais, aliás, isso ainda não foi implementado. Proponho ao Governo que, a título experimental, aumente adequadamente a altura dos edifícios, sem aumentar o número de andares. Por exemplo, se aumentar a altura dos edifícios da classe M para 23,5m, a altura de cada andar será de 3m, altura propícia para captação de luz e para ventilação, melhorando assim o ambiente habitacional. Pode ainda aumentar-se a altura dos edifícios de habitações públicas, com vista a aumentar o n.º de lugares de estacionamento. O que é benéfico para os moradores.

Profissionais, estudiosos e residentes, entendem que o Governo consegue, a qualquer momento, alterar o planeamento urbanístico, transformando zonas industriais em zonas habitacionais. Assim, vai ponderar o Governo em alterar a altura dos edifícios no sentido de melhorar o ambiente habitacional?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Em termos de política global foi criada a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e foi também instituído o Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética. Na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas de Copenhaga foi definida a meta de reduzir, até 2020, as emissões de dióxido de carbono, por unidade do PIB, em 40% a 45% relativamente aos níveis de 2005. No âmbito

deste objectivo, definido pelo Estado chinês, temos ainda, de acordo com o Protocolo de Quioto, que dedicar especial atenção à poupança de energia e redução das emissões de gases poluentes. Portanto, nesta matéria, além da regulamentação, educação e melhoramento de qualidade, os serviços públicos competentes terão ainda de implementar mais medidas. Quanto às questões referidas pelo Sr. Deputado Mak, acredito que os serviços tutelados pelo Sr. Secretário Lau estão dispostos a estudar consigo estas matérias. Tratando-se de questões técnicas não sei bem como definir a altura de edifícios. No entanto, estamos dispostos... Acredito que os serviços tutelados pelo Sr. Secretário Lau estão dispostos a discutir consigo regulamentos para a construção de edifícios verdes, especialmente no que diz respeito à altura dos edifícios.

Agradeço as suas opiniões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

No relatório das LAG para 2011, o Sr. Chefe do Executivo afirma que se vai intensificar a comunicação entre o Governo e a Assembleia Legislativa, criar um mecanismo de coordenação centralizada no âmbito dos trabalhos de revisão e elaboração de diplomas legais, definir o planeamento da produção legislativa e promover, conforme o grau de premência, projectos de diplomas relacionados com os assuntos cívicos e a qualidade de vida dos cidadãos, tudo no sentido de garantir a execução das prioridades e das políticas da acção governativa da RAEM. De facto, podemos verificar que os trabalhos foram sendo consecutivamente concretizados no primeiro semestre, por exemplo: a criação da Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional (uma das suas funções é apoiar o Governo na coordenação da definição do plano legislativo e controlar a sua execução), e a apresentação de propostas de lei de acordo com o planeamento da produção legislativa. Depois de o Governo concluir o plano de produção legislativa, o que é que vai fazer para manter a boa comunicação com a Assembleia Legislativa, no sentido de esta perceber se as propostas de lei respeitam o grau de premência?

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Vong Hin Fai.

No Relatório das LAG para 2011, onde se refere a intensificação da comunicação entre o Governo e a Assembleia Legislativa, fala-se na criação de um mecanismo de coordenação centralizada no âmbito dos trabalhos de revisão e elaboração de diplomas legais. Esse mecanismo serviria para planear a produção legislativa e promover, conforme o grau de premência, projectos de diplomas relacionados com assuntos cívicos e a qualidade de vida dos cidadãos, no sentido de concretizar as prioridades da acção governativa da RAEM. Além disso, nos projectos legislativos do Governo da RAEM para 2011 referem-se 15 projectos que se encontram em revisão e esses trabalhos estão a correr bem. Vamos acelerar a execução de iniciativas relativas à elaboração de diplomas legais no âmbito dos assuntos cívicos e espero vê-los aprovados pela AL para

promulgação. A boa comunicação e articulação mútua entre o poder executivo e o poder legislativo é um dos nossos objectivos centrais.

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas;

O 12.º Plano Quinquenal da Nação posiciona Macau como “Centro Mundial de Turismo e de Lazer”, apoiando também a sua diversificação económica. Mas, para além dos bons resultados do sector de jogo, ainda não se vêem progressos quanto à referida diversificação, e as PME também se têm desenvolvido lentamente. Foi recentemente assinado o Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, tendo já as cidades vizinhas lançando os planos para a concretização do mesmo. No relatório das LAG, o Governo refere como suas tarefas principais a promoção das indústrias de convenções e exposições, culturais e criativas, da medicina tradicional chinesa, dos serviços comerciais, etc.

Sr. Chefe do Executivo:

Com vista à respectiva harmonização com a cooperação regional, que políticas vai o Governo adoptar para impulsionar o desenvolvimento diversificado da indústria?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr.ª Deputada Leong On Kei.

Em relação a essas questões, há instantes expliquei as medidas a tomar. Segundo o regulamento administrativo, o Sr. Secretário Tam é o responsável pela criação dessa companhia em parceria com Guangdong. Iremos desenvolver a indústria de convenções e exposições, indústrias criativas e culturais, a medicina tradicional chinesa, serviços de comércio, etc. A facilitação na abertura e condução de negócios em Macau irá potenciar a formação e otimizar a qualidade dos recursos humanos e das empresas. Mas, existem dois problemas práticos que, mais tarde, o Sr. Secretário Tam discutirá com os Srs. Deputados. Primeiro, aplicar recursos financeiros e propor projectos a implementar na Ilha da Montanha. A segunda questão tem a ver com a existência de pessoas qualificadas, e teremos de ultrapassar estas dificuldades. O Acordo destaca alguns projectos prioritários, incluindo a indústria de convenções e exposições, as indústrias criativas e culturais, a medicina tradicional chinesa, etc. Estes são projectos prioritários e de maior dimensão. Basicamente, em suma, estes projectos de elevado investimento precisam de aplicação de recursos financeiros e de pessoas qualificadas. Portanto, num futuro próximo, o Sr. Secretário Tam vai apresentar uma ideia preliminar sobre a promoção da participação dos residentes e das empresas, incluindo as PME de Macau. Se os projectos de grande dimensão forem assegurados principalmente por parte de Macau teremos especial atenção à aplicação de recursos financeiros e mobilização de pessoas qualificadas, tal como referi antes. Portanto, temos de negociar esta matéria devidamente com Guangdong. Isto é diferente da indústria da medicina tradicional chinesa, uma vez que, para o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, já contamos com investigação de base, feita pelos laboratórios da Universidade de Macau e da MUST.

Destaco o laboratório da UM que, como base de investigações e desenvolvimento, promoveu muitas iniciativas com bons resultados. Por outro lado, já dispomos de um grupo de pessoas qualificadas. Este regime apresenta esta vantagem: Macau assegura a inspecção de qualidade. Quanto à participação noutros projectos, o Governo da RAEM deseja a participação das empresas de Macau. No entanto, é preciso considerar a forma como será feita esta participação. A concretização da realização de projectos de grande dimensão requer recursos financeiros e humanos. Portanto, esperamos impulsionar a participação de Macau através da cooperação no âmbito de grandes projectos. Seria melhor se Macau participasse sozinho? Quanto ao próximo passo a dar, o Sr. Secretário vai debater a questão com os Srs. Deputados. De um modo geral, estamos a tentar conseguir incentivos fiscais, gestão separada e gestão de primeira linha. O objectivo é exactamente disponibilizar aos residentes de Macau mais oportunidades de emprego na Ilha da Montanha, mas estamos numa fase inicial. Depois da celebração do Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, criaram-se muitas expectativas. Quantos projectos vão ser lançados? Como será a sua implementação? Quanto a isso, dêem mais tempo para o Sr. Secretário Tam e os seus colegas trabalharem, e poderão receber informação sobre cada fase dos projectos. Genericamente, o apoio ao desenvolvimento da diversificação da economia tem como ponto de partida o Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa. Já referi várias áreas a desenvolver prioritariamente: indústria de convenções e exposições, indústrias criativas e culturais, formação turística e serviços turísticos. Há trabalho realizado neste sentido, mas precisamos de mais tempo para elucidar devidamente os Srs. Deputados e ouvir as vossas críticas e sugestões.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A economia de Macau está em contínuo desenvolvimento, enquanto o fosso entre ricos e pobres está a alargar-se, assim sendo, por forma a reduzir os respectivos impactos negativos, é necessário implementar medidas de apoio aos carenciados.

As medidas como a comparticipação pecuniária, o aumento do valor da pensão de velhice, do índice mínimo de subsistência e do subsídio às famílias com baixos rendimentos, são suportadas necessariamente pelos cofres públicos. Macau tem taxas restritas e está muito dependente do sector do jogo. Se um dia deixar de existir esta situação favorável, então, que medidas estratégicas vai o Chefe do Executivo adoptar?

Com vista a encurtar o fosso entre os ricos e pobres e para além de maximizar os rendimentos secundários, o Governo deve necessariamente salvaguardar, de forma justa e racional, os rendimentos primários, em prol do contínuo desenvolvimento social.

A economia está a desenvolver-se, mas o rendimento da camada de base é baixíssimo e depende de subsídios, porque não há ainda calendarização para a criação do salário mínimo. A construção de habitações públicas está lentíssima e o preço dos imóveis privados disparou bruscamente, sem que o Governo tenha uma medida estratégica para isso. Assim, os cidadãos que querem adquirir uma casa para viver com alegria transformam-se em escravos dessas

casas até ao fim da vida. Sr. Chefe do Executivo, se a situação continuar, a nossa sociedade vai ser harmoniosa?

O Sr. Chefe do Executivo disse há pouco ser criticado pelo seu alerta aos cidadãos para terem cuidado quando compram habitações. Entendo que os cidadãos não solicitam ao Governo que tenha de assegurar a não escalada dos preços dos imóveis, mas que o Governo assumia as devidas responsabilidades para encontrar soluções para a resolução dos problemas, imprevistos e anormais, surgidos. Há pouco, o Sr. Chefe do Executivo apresentou várias soluções para a resolução dos problemas, espero sinceramente que essas soluções consigam ser melhor concretizadas. Acredito que toda gente deseja ter um bom futuro. Mesmo que, no caso de ocorrer qualquer incidente imprevisto, o Governo não consiga encontrar rapidamente soluções viáveis e eficazes, pode ainda adoptar as medidas de contingência.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr.^a Deputada Kwan Tsui Hang pelas questões colocadas.

As questões mais abordadas nesta sessão incidiram sobre a habitação pública e os preços dos imóveis. Quanto à habitação pública, o Sr. Secretário Lau já deixou claro que nos finais de 2012 teremos 19 mil unidades concluídas. Portanto, resolveremos um velho problema. Com esta lei aprovada, continuaremos a seguir o princípio de “menos exigências para aquisição, mais exigências para alienação”, em matéria de futuras habitações públicas. Já tivemos em conta que as habitações públicas podem ser uma solução para quem não consegue comprar casas no mercado privado. No entanto, consideremos as oscilações do mercado imobiliário nos últimos 30 anos. Fizemos um estudo recentemente que identificou as oscilações do mercado imobiliário de Macau; por exemplo, entre 1993 e 2003, havia muitas casas devolutas. Mas, agora, a situação é bem diferente: há procura até de fracções em construção. Penso que é uma questão de oferta e procura. Mas, importa criar um mecanismo que atenda às expectativas racionais das pessoas. Os jovens pretendem constituir família e ter habitação própria, o que é uma expectativa racional. Mas, para satisfazer essas expectativas são precisos alguns anos e dispor-se de terrenos suficientes. Será que os preços dos imóveis particulares se irão manter em alta? Penso haver factores para isto... Nesta situação, o que pode fazer o Governo? Penso que hoje o essencial é... A questão da Sr.^a Deputada Kwan foi esperar... De facto, o Governo aplica medidas a curto prazo e também pretende aplicar medidas a longo prazo, no entanto, está sujeito a uma limitação: o tempo. As 19 mil unidades estão a ser construídas de acordo com o plano. Temos cinco terrenos de aterro aprovados pelo Governo central. Portanto, disporemos de mais recursos. Agora, precisamos de tempo para concluir as 19 mil unidades; dêem-nos tempo. Quando acabar a construção de habitação pública da primeira fase iremos fazer o ponto da situação e, eventualmente, rever a política de habitação pública. Há quem afirme que a política de habitação pública implementada ao longo de onze anos foi um fracasso. Bem, houve um período em que não foi construída habitação pública; o mercado imobiliário estava em contracção. Naquela altura não havia grande diferença, em termos de custos, entre a habitação pública e particular. No entanto, hoje em dia os preços dos terrenos e dos prédios estão altos. Assim, o Governo deve construir mais habitação pública, com vista a equilibrar o mercado, atendendo às expectativas racionais das pessoas. Mas é preciso ter

em atenção que, em diversos ciclos económicos, a economia de Macau pode contrair-se e manterem-se os preços altos das casas e dos bens de consumo. É essencial ter em contas as variações dos ciclos económicos. De qualquer forma, o Governo da RAEM comprometeu-se a envidar todos os esforços para, por um lado, construir habitações públicas, e, por outro lado, cativar terrenos para esta finalidade quando estiver em vigor esta nova lei. Considerem dois períodos recentes: de 1993 a 2003 e de 2003 a 2011. Fizemos um balanço: nestes dois ciclos, as subidas e as descidas foram muito acentuadas e assim chegámos aos preços do presente. Somos um Governo responsável e vamos enfrentar estes problemas, esforçando-nos por proporcionar mais oportunidades aos residentes. Estamos de acordo com os objectivos que referiu. Mas, tendo sido resolvido o problema habitacional, será relativamente mais fácil resolver outros. A questão-chave que se coloca é esta: enquanto as habitações públicas não estiverem prontas, e os preços dos imóveis continuarem em alta, a disposição psicológica dos potenciais compradores será afectada negativamente. O Governo fará todos os esforços para resolver este problema, mas precisamos de mais tempo. Agradecemos ao Governo central pela aprovação de cinco aterros e pelo desenvolvimento pioneiro da Ilha da Montanha, que oferecem oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Fazemos votos para que sejam bem aproveitadas estas oportunidades. Faço notar que nos esforçamos por ajudar os residentes a enfrentarem as consequências da inflação.

Obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O desenvolvimento da educação é assumido como objectivo prioritário do Governo da RAEM. De que medidas concretas dispõe o Governo para concretizá-lo? Vai reservar determinadas verbas para assegurar o desenvolvimento sustentável da educação, nos próximos 10 ou 20 anos? A educação e a formação de elites dependem de uma equipa de docentes estável, com elevado nível moral e qualidade, mas verificam-se grandes diferenças nas regalias e remunerações dos actuais docentes, entre o sector público e o privado. Apesar de o Governo aumentar o subsídio directo e o prémio de antiguidade, isso pouco contribui para reduzir essas diferenças em relação aos docentes do sector privado. Estes desejam que o seu estatuto profissional, a garantia após a sua aposentação, a quantidade razoável de trabalho, as condições remuneratórias e de regalias, possam ser salvaguardados legalmente, daí que o moral dos docentes das escolas particulares continue baixo. As suas remunerações e regalias atribuídas podem ser absorvidas, numa proporção razoável, pela despesa corrente das escolas. Há a lamentar que a consulta pública da lei que regula o quadro geral do pessoal docente das escolas particulares, que foi efectuada há mais de três anos, até à data ainda não foi lançada. O que levou os docentes a perder a confiança depositada no Governo. Ficam desiludidos porque o Governo não consegue ouvir as opiniões deles. Neste sentido, gostaria de saber se a proposta de lei que regula o quadro geral do pessoal docente pode ser entregue à Assembleia Legislativa no prazo definido? Qual é o ponto da situação dos respectivos trabalhos legislativos? O objectivo da educação é formar pessoas qualificadas. Neste momento, face ao posicionamento definido no 12.º Plano Quinquenal e à assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, podemos aproveitar as oportunidades da

cooperação na área da educação para formar pessoas locais qualificadas em todos os sectores?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr.ª Deputada Ho Sio Kam.

Em relação à sua última questão quero dizer que está a funcionar muito bem. Muitos alunos finalistas do ensino secundário complementar da China Continental estudam em Macau. Grande número de estudantes finalistas do ensino secundário complementar de Macau optou por estudar na China Continental, especialmente na província de Guangdong. Portanto, o intercâmbio estudantil desenvolve-se muito bem. Muitos estudantes da China Continental pretendem estudar em estabelecimentos de ensino superior em Macau. A meu ver, o intercâmbio escolar desenrola-se muito bem.

Falando nos docentes, trabalhei durante dez anos na Educação. Tenho saudades da nossa geração, em que se tinha imenso respeito pelos docentes e directores das escolas. Hoje em dia, e tenho mais de 50 anos, quando me cruzo com o director da escola cumprimento-o com todo o respeito, pondo-me em sentido e baixando a cabeça. É um respeito do fundo do coração pelos docentes e directores das escolas. Este é uma atitude louvável, praticada em Macau, que demonstra respeito pelos docentes e pelos seus conhecimentos. Como sabem, antigamente as condições não eram tão boas como hoje em dia, mas muitas pessoas empenharam-se nas actividades educativas. Após a década 80, através da Lei de Bases do Sistema Educativo e da Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior, foram reforçados os recursos financeiros atribuídos às escolas. Porém, por que razão foi tão difícil definir o “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior”? O Governo não pode sacudir a água do capote e deve assumir a maior parte da responsabilidade. Em Macau, no ensino não superior, mais de 90% das escolas são privadas. Os associados da Associação das Escolas Católicas de Macau e da Associação de Educação de Macau representam sistemas diversos de gestão e administração escolares. É uma realidade do ensino não superior que tem suscitado apreciações divergentes. Este Governo pretende aplicar, de facto, o quadro geral do pessoal das escolas particulares, mas por que razão houve obstáculos tão grandes neste sentido? Ao que eu saiba – posso não estar completamente certo – e segundo o relatório que me entregaram, foram organizadas muitas reuniões onde se manifestaram preocupações diversas, como as relativas ao apoio financeiro concedido pelo Governo. Será que este apoio deve se contabilizado à parte? A maioria das escolas preferia que este apoio fosse calculado à parte. Na fase final o Governo fez a coordenação depois de recolher as opiniões. Isto também demorou algum tempo. Por que razão este quadro geral demorou mais de 20 anos? Lembrome da directora de escola, a Sr.ª Lau Sin Peng e do director de escola Tong Chi Kin. Eles e eu sabemos que o apoio do Governo da RAEM dado à Educação não mostra falta do respeito pelos docentes, não mostra falta do apoio aos docentes. Estive a falar com o Sr. Secretário Cheong e o Sr. Director da DSEJ. Iremos submeter à apreciação da AL, em Agosto deste ano, sem falta, a proposta de lei do quadro geral do pessoal docente das escolas particulares. Devido às particularidades do ensino não superior de Macau, à sua gestão financeira, ao elevado número de escolas particulares e à diversidade de sistemas em vigor, parte desta proposta de lei tem demorado a ser redigida. Assumindo esta responsabilidade inalienável, o Governo

vai apresentar esta proposta de lei, que está em falta há muitos anos. Que vantagens apresenta este quadro geral do pessoal docente das escolas particulares? Resumo-as em várias vertentes. Primeira, na proposta de lei estão definidos seis níveis de pessoal docente e as correspondentes mudanças de nível. Segundo aspecto, na proposta de lei são reduzidos os tempos lectivos semanais do pessoal docente. Para os docentes do ensino primário, 16 a 18 horas lectivas e para os professores do ensino secundário e do ensino especial, 18 a 20 horas lectivas. Esta redução ajuda a aliviar a carga horária do pessoal docente. Quanto a remunerações, a proposta de lei prevê que as escolas particulares garantam, em cada ano lectivo, que as despesas com a remuneração do pessoal docente e a contribuição para o fundo de previdência sejam de valor igual ou superior a 70% das suas receitas fixas permanentes. Isto ajuda também as escolas a racionalizar os recursos. Quanto ao aperfeiçoamento profissional, com a entrada em vigor da lei em causa, o Governo da RAEM atribuirá subsídios específicos em vez de subsídios directos. Estabelece-se ainda uma diferença de 1,8 vezes entre o nível máximo, o nível 1, e o nível mínimo, o nível 6. Quanto à aposentação, as escolas particulares devem criar um fundo de previdência para o pessoal docente e definir o regulamento do fundo de previdência do pessoal docente. Tal proporcionará ao pessoal docente uma garantia de aposentação. Em matéria de cuidados de saúde a proposta de lei prevê que o pessoal docente tenha acesso gratuito aos cuidados de saúde prestados pelas instituições públicas de saúde. Em relação ao estatuto profissional, cria-se a menção de “Professor Distinto” entre outras medidas. Tudo isto visa dar melhores garantias ao pessoal docente em termos de carreira, formação, remuneração e aposentação. Compreendemos perfeitamente a importância do trabalho do pessoal docente, que pesa muito sobre a qualidade do sistema pedagógico. Em Agosto deste ano a proposta de lei será apresentada à AL. Espero que tenham reparado num aspecto muito importante, previsto na proposta de lei: antigamente eram atribuídos subsídios ao pessoal docente devido à sua remuneração baixa; agora, o apoio que o Governo oferece é uma demonstração de respeito pelo seu profissionalismo e incentivo à sua formação permanente. Isto reforçará a qualidade e o prestígio dos docentes.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Desde a liberalização do sector do jogo que este tem assumido um crescente peso na economia de Macau. No sentido de evitar uma economia pouco diversificada, o Governo e a sociedade, já há vários anos, vêm referindo a necessidade do desenvolvimento diversificado da economia. Todavia, não se registaram quaisquer resultados satisfatórios, situação que se prende com os terrenos e o espaço, bem como com a falta de talentos.

Quanto aos recursos humanos, faltam em Macau quadros com nível cultural médio e elevado, para além da grave escassez de trabalhadores não qualificados. Mas o Governo da RAEM não tem tido, ao longo destes anos, uma política de recursos humanos de longo prazo, não tendo sequer disponibilizado uma base de dados sobre os talentos necessários neste momento e para o futuro. Assim sendo, é impossível as instituições de ensino superior organizarem cursos para formar os quadros indispensáveis para a sociedade,

sendo também difícil para os jovens decidir, em conformidade com as necessidades sociais, quais as disciplinas a estudar.

Sr. Chefe do Executivo:

O Governo deve criar uma base de dados sobre os talentos, com vista a disponibilizar informações sobre os trabalhadores não qualificados necessários e os postos ocupados pelos trabalhadores qualificados de nível médio e elevado. O Governo vai fazer isso? Para dar resposta às necessidades do futuro desenvolvimento económico, o Governo vai definir alguma política de longo prazo sobre os quadros de nível médio e elevado, a fim de promover o desenvolvimento saudável da economia?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Kou Hoi In.

Optimizar os recursos humanos consta das acções governativas do Governo da RAEM. Estamos a fazer o devido acompanhamento. Quanto à criação de uma base de dados de recursos humanos, o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior já deu início a esse projecto. Nas LAG já apresentei esta matéria. A estrutura desta base de dados já está basicamente definida e vai abranger também os estudantes de Macau que se encontrem a estudar no interior da China e no estrangeiro. Seguindo a sugestão do Sr. Deputado Kou Hoi In, esta base de dados serve para planear o quadro de pessoal e faço notar que, devido ao desenvolvimento muito acelerado de Macau, este levantamento obriga a recorrer a apoio especializado. Na RAEM, na Ilha de Montanha, terão início muitos projectos de empreendimentos integrados. Acho boa a sua sugestão de começar por criar uma base de dados. De notar que o nosso objectivo foi sempre possibilitar que os recursos humanos de Macau tenham acesso ao ensino superior ou oportunidade de aperfeiçoamento profissional. Como há falta de recursos humanos locais penso que compreendem ser necessário importar mão-de-obra, mas com a garantia de não prejudicar o acesso ao emprego dos locais. Esta garantia significa dar prioridade à formação e aperfeiçoamento escolar e profissional, remetendo actividades não especializadas para mão-de-obra migrante. Acho isso muito importante! Por um lado, aplica-se um regime de certificação profissional, por outro lado, realiza-se formação para os efectivos e, ao mesmo tempo, disponibilizam-se oportunidades de acesso ao ensino superior. Estas medidas articulam-se entre si. Portanto, a sua sugestão será concretizada pelo GAES gradualmente. Para avançar neste sentido iremos precisar de mais tempo, apesar do trabalho já realizado.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Ora bem, vamos fazer um intervalo de 00:30h e depois retomaremos o plenário.

(intervalo)

Presidente: Bem, retomemos os trabalhos do plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

Com o intuito de implementar o princípio de “Edificação dum Governo íntegro” definido nas LAG, o Governo da RAEM criou, no ano passado, o regime de porta-voz e, ao mesmo tempo, a figura de coordenador de imprensa e de relações públicas em cada Direcção de Serviços, para a recolha das opiniões da população, o que espelha a preocupação em assegurar o fluxo bidireccional das opiniões. Dou o meu apoio a este acto, pois este canal de intercâmbio é uma base que serve para assegurar o funcionamento de uma política e democracia modernas, isto porque a maioria dos residentes pode, mediante as reportagens dos órgãos de comunicação social, conhecer mais detalhes e o modelo de funcionamento do Governo, bem como os efeitos negativos das acções governativas sobre a população. De igual modo, o Governo pode, através dessas reportagens, conhecer os resultados das políticas adoptadas e as insuficiências das mesmas. O regime de porta-voz já entrou em vigor há mais de um ano. Pode o Governo da RAEM efectuar um balanço que abranja a eficácia e as insuficiências do sistema, bem como as medidas de optimização e planos a desenvolver, no futuro? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Tong Io Cheng.

A criação do regime de porta-voz visou facilitar a transparência da governação e responder com rapidez a várias solicitações. Um porta-voz também facilita ao público em geral o acesso à informação sobre o executivo. Assim, de forma razoável e ponderada, o Governo estabelece com os residentes uma comunicação interactiva, eficaz e objectiva. A experiência adquirida nestas matérias é essencial. Ou seja, o gabinete do Chefe do Executivo, os gabinetes dos secretários e as direcções de serviços, adquiriram experiência. Este serviço requer aperfeiçoamentos e correcções. Importa, por exemplo, actuar com rapidez, melhorar a cooperação interserviços no âmbito da troca de informação, para realizar conferências de imprensa conjuntas no sentido de permitir que o público tenha melhor conhecimento da realidade. Acontece que, às vezes, surgem problemas. Por exemplo, quando há necessidade de colaboração interdepartamental ou no caso de ser preciso aguardar pela evolução de um caso ou de recolher provas antes de divulgar resultados à população. Tudo isto leva o seu tempo o que pode obstar a uma divulgação tão rápida quanto o desejado. De qualquer forma, fazemos o possível para responder com rapidez. Temos vindo a melhorar a interacção entre o Governo e os “média”, aumentou a divulgação de informação e intensificou-se a coordenação interserviços. Em situações de ameaça ao interesse público procuramos divulgar informação o mais rapidamente possível. Ainda assim, a comunicação social e os residentes queixam-se de não conseguir obter informação administrativa em tempo útil. Ou seja, na falta de respostas imediatas... Na altura foram expressas opiniões muito valiosas sobre esta matéria e que tivemos em conta. Um ano após a criação do regime de porta-voz continuamos a trabalhar, aprendendo com a prática, acumulando experiências. A meu ver, este regime de porta-voz está a desempenhar paulatinamente o seu papel. Quero salientar que, na gestão de incidentes e crises devemos reforçar a capacidade de resposta. É isto que estamos a fazer com o objectivo de divulgar aos residentes informação correcta em tempo útil. Por outro lado, temos esperança que este sistema facilite a comunicação mútua. Assim, os residentes receberão informação correcta divulgada pelo Governo, o que tornará mais fácil a gestão de incidentes pela administração. Os incidentes só serão bem geridos com a cooperação dos residentes e

da comunicação social. Por exemplo, ocorreu a corrida à compra de sal e fizemos um balanço dos incidentes de modo a evitar situações similares no futuro. Tendo em conta as experiências acumuladas acredito que poderemos responder de forma eficaz a eventuais incidentes através da cooperação interserviços. Vamos levar em conta as experiências para divulgar informação correcta à população em tempo útil. Face a eventuais incidentes ou crises importa garantir a intercomunicação entre a população e o executivo.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O sistema de saúde de Macau apresenta já hoje algumas vantagens próprias, por exemplo, o fornecimento de serviços gratuitos relativamente abrangentes. No que toca à prevenção e comunicação da ocorrência de doenças epidémicas e transmissíveis, à troca de informações e à colaboração com as regiões vizinhas, foram também obtidos resultados satisfatórios. Mas, face ao constante aumento da população e às diversas necessidades decorrentes do desenvolvimento social, é cada vez maior a pressão com que se depara o actual sistema de saúde.

Segundo o anunciado Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde, está previsto um investimento de 10 mil milhões de patacas para os próximos 10 anos, com vista ao aperfeiçoamento faseado dessas infra-estruturas. A população está a depositar uma grande expectativa nesta política, esperando que o projecto seja devidamente planeado, para que o avultado investimento possa realmente contribuir para atenuar a pressão sobre as instituições públicas de saúde de Macau, e assim melhor proteger a saúde da população.

Sr. Chefe do Executivo:

Relativamente ao aperfeiçoamento do sistema de saúde, quais foram os avanços registados? E qual vai ser, em termos gerais, o plano a traçar no futuro? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Quanto ao sistema de saúde, o Governo da Região Administrativa adopta políticas subordinadas aos princípios de “prevenção prioritária e tratamento adequado”. Considerando os últimos dez anos afigura-se necessário definir um plano de aperfeiçoamento do sistema de saúde a curto, médio e longo prazo. Temos já um Plano decenal elaborado, onde se detalham as tarefas faseadas e os recursos humanos necessários. Caso o Sr. Presidente concorde, posso entregar-lhe o Plano para dar conhecimento aos Srs. Deputados. No entanto, quero abordar esta matéria em várias vertentes. Para o desenvolvimento do sistema de saúde o Governo irá investir verbas anualmente que constarão do Orçamento e PIDDA. O sistema de saúde de Macau é composto por cuidados de saúde públicos, pelos cuidados de saúde das instituições de beneficência e por particulares. No âmbito do Plano de desenvolvimento decenal, acredito que continuarão a ser importantes os cuidados de saúde prestados pelas

instituições de beneficência e por particulares. Por um lado, é preciso assegurar o seu desenvolvimento, por outro lado, é preciso garantir a qualidade dos cuidados de saúde prestados, e, portanto, cumpre dispor de pessoal suficiente. Nesta área iremos aplicar uma série de medidas. Perguntou quais as medidas em curso? Bem, em Seac Pai Van temos um lote de reserva com 77.500 metros quadrados destinado à construção do complexo hospitalar das Ilhas. Os médicos também apresentaram propostas de aperfeiçoamento do sistema de saúde, entre as quais se destaca a criação do Conselho para os Assuntos Médicos. Este conselho será criado este ano e é de suma importância para os profissionais deste sector. Vamos, igualmente, criar uma comissão de acompanhamento da reforma e aperfeiçoamento do sistema de saúde, a coordenar por dois secretários. Um será o Sr. Secretário Cheong e o outro o Sr. Secretário Lau Si Io; um é da tutela da saúde e outro do sector de terrenos e transportes. Esta comissão será pessoalmente presidida por mim. É objectivo desta comissão, de acordo com o Plano decenal, acompanhar os projectos. O edifício do serviço de urgência do Centro Hospitalar Conde S. Januário será ampliado. Ocupará uma área três vezes maior e estará concluído em 2012. O Plano prevê um novo centro de saúde na freguesia de São Lourenço, num prazo de três anos. No lote TN27 da Taipa e no bairro da Ilha Verde haverá lugar a construção de centros de saúde e será remodelado o centro de saúde de Coloane. Trata-se de instalações de apoio aos cuidados de saúde primários e aos cuidados de saúde especializados. Segundo os dados fornecidos pelos Serviços de Saúde é preciso contratar mais pessoal. Em conformidade com as prioridades, até 2015, esperamos vir a contar com 180 internatos médicos de formação em clínica geral, 150 internatos médicos de formação especializada e 80 a 100 enfermeiros dos dois Institutos de Enfermagem, a formar anualmente. Além disso, vamos reforçar a formação de enfermeiros auxiliares. Além da formação de recursos humanos e da ampliação de instalações, teremos de levar em consideração os cuidados de saúde assegurados pelas instituições de beneficência que são muito importantes. Esta ampliação poderia atrair os profissionais do sector privado o que poderia pôr em causa a qualidade dos cuidados de saúde prestados. Portanto, ao dar o próximo passo, teremos também de ter em conta a disponibilização de um mecanismo que assegure isto. Desde a década de 80 até à presente data, tanto por parte do Governo anterior como do actual executivo da RAEM, a política implementada foi sempre esta: o sistema de saúde integra três subsistemas e cada qual tem relevância própria na prestação de cuidados médicos. O futuro plano de aperfeiçoamento e acompanhamento assentará em estudos sobre formação e colocação de pessoal, além da disponibilização de equipamentos médicos, de forma a garantir a qualidade dos serviços e um desenvolvimento equilibrado de todo o sistema de saúde. Presentemente, em Macau, dispomos de uma licenciatura em medicina tradicional chinesa, mas não há faculdade de medicina ocidental, nem ensino de especialidades médicas ou de odontologia. De notar que regressam a Macau, da China Continental, muitos licenciados em medicina. Quero falar ainda noutra questão. Para os licenciados em medicina é muito importante passarem por um período em que sejam orientados por clínicos experientes, para receberem formação, até estarem aptos a exercer autonomamente a função médica. Portanto, é preciso criar um sistema de formação para os licenciados em medicina que tenham regressado a Macau, vindos da China Continental. Está em curso um estudo sobre a criação de um sistema de formação a implementar nas instalações médicas públicas, nas instituições de beneficência e nas particulares, direccionado aos licenciados em medicina que tenham ingressado numa instituição médica ou aos recém-licenciados que tenham regressado a Macau. Um sistema de formação e acompanhamento exige muitas e diversas provas de

especialização e acções de formação anual. A ampliação das actuais instalações de saúde implica que se venha a dispor de pessoal médico suficiente, tanto a nível qualitativo, como a nível quantitativo. É oportuno, portanto, criar este sistema, dado não dispormos de uma faculdade de medicina, nem de ensino de especialidades médicas. Que opção seguir: desenvolver um sistema uniforme de formação ou dar formação eficaz orientada para os licenciados em medicina que tenham regressado a Macau? Debateremo-nos com um problema: muitas universidades da China Continental dão prioridade na admissão em medicina aos estudantes de Macau, mas quando estes licenciados regressaram a Macau não lhe é dada oportunidade de serem acompanhados por clínicos experientes antes de iniciarem o exercício da função médica. Esta questão deve ser estudada novamente. Quanto a instalações e equipamentos estamos mais confiantes. O problema mais complexo passa por manter a alta qualidade de formação e o cabal exercício da profissão. É oportuno ponderar investimentos na resolução a contento destas questões, no quadro do Plano decenal. No passado talvez esta política não tenha sido apresentada detalhadamente, mas hoje é preciso especificar estes objectivos. A responsabilidade de prestação de cuidados de saúde é assumida pelo Governo, pelas instituições de beneficência e particulares. Quanto à qualidade dos recursos e à alocação de meios, acho que o investimento na formação é essencial, muito importante. Por outro lado, contratámos também médicos experientes do exterior, por exemplo, de Portugal, das Filipinas e de Singapura, entre outros países. Esta prática irá manter-se, pois para garantir padrões internacionais de prestação de serviços de saúde é necessário contratar técnicos competentes no exterior. O Centro Hospitalar Conde S. Januário, o Hospital Kiang Wu e o Hospital da Universidade de Tecnologia e Ciência de Macau, são os pilares da prestação de serviços e da especialidade médica. Os cuidados de saúde primários, nos termos da legislação vigente, estão garantidos a todos os residentes. Há acesso gratuito aos cuidados de saúde primários através da rede de centros de saúde e de consultas externas. O desenvolvimento futuro das especialidades médicas foi e é alvo da atenção de todos e manifestaram-se muitas opiniões sobre a qualidade de formação e de pós-formação do pessoal. Portanto, este aspecto merece ser melhorado.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

A celebração do Acordo Quadro de Cooperação Guangdong-Macau vai contribuir para a promoção da cooperação, bem como para a elevação do grau de cooperação entre Guangdong e Macau. As várias medidas concretas, práticas e exequíveis, definidas nesse Acordo, são benéficas para o reforço da cooperação entre as duas regiões. No futuro, tendo em conta a exploração da Ilha da Montanha, o prolongamento do horário de funcionamento dos postos fronteiriços e o crescimento do número de turistas, é previsível que se venha a registar um aumento significativo dos passageiros nos postos da Ilha da Montanha e das Portas do Cerco. Na actualidade, registaram-se anualmente cerca de 60.000 turistas que visitam Macau.

Sr. Chefe do Executivo:

Com vista a concretizar, sem sobressaltos, o referido Acordo, de

que políticas dispõe o Governo para elevar e aperfeiçoar a capacidade de recepção das instalações e da rede viária de Macau?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Quanto à política e medidas correspondentes e ao melhoramento de instalações de apoio ao tráfego e à capacidade de recepção de Macau, gostaria de mencionar alguns pontos: primeiro, aprofundar e implementar gradualmente o planeamento de infra-estruturas rodoviárias transfronteiriças, incluindo o plano especial das infra-estruturas e o estudo temático sobre a construção do “círculo da qualidade de vida” de Guangdong, Hong Kong e Macau, para promover o *matchmaking* de infra-estruturas rodoviárias transfronteiriças de grande escala. Estamos a fazer estes trabalhos em grande quantidade, e que são a convergência dos postos fronteiriços e das estações ferroviárias, construir empreendimentos que integrem as infra-estruturas ferroviárias entre Guangdong e Macau, para ligar Macau com a rede de comboio expresso de todas as cidades de todo o país, através do terminal sul de Cantão; promovemos, em conjunto, a construção da ponte que liga Hong Kong-Zhuhai-Macau, com esperança que esta ponte entre em funcionamento em 2016. Hoje em dia, na China Continental, estão muito desenvolvidos os transportes ferroviários, especialmente o comboio expresso. A ideia concebida é esta: Macau precisa de recorrer ao terminal sul de Cantão para aceder à rede de comboio expresso de todo o país. O que é muito bom para Macau! Especialmente com a entrada em funcionamento da ponte que liga Hong Kong-Zhuhai-Macau, o tempo dos transportes será consideravelmente encurtado. Os transportes ferroviários apresentam grandes vantagens, em termos de controlo de tempo, com destaque para o comboio expresso. Sabem que na China Continental a rede de comboio expresso é a rede mais rapidamente desenvolvida. Por sua vez, temos também de melhorar os transportes terrestres, implementar a política de dar prioridade aos transportes colectivos, empenharmo-nos na construção do metro ligeiro como pilar, com os autocarros e táxis como base, com o sistema pedonal como apoio, construindo um “transporte verde”. Quanto aos transportes marítimos, iremos ampliar o serviço de transporte marítimo entre Macau e outras cidades do Delta do Rio das Pérolas e aumentar a capacidade de recepção dos nossos terminais marítimos de passageiros. Mas, segundo os respectivos relatórios, com mais ligações terrestres em funcionamento, as ligações marítimas serão prejudicadas, devido ao aumento dos custos do transporte marítimo. Como sabem, recentemente os combustíveis aumentaram. Recebemos muitos relatórios em que são expostas as dificuldades das operadoras das ligações marítimas, resultantes do aumento dos custos e da diminuição de passageiros. Portanto, temos também que ficar mais atentos a esta situação. Segundo a nossa informação, o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que entrará em funcionamento, irá acolher por ano 25 milhões de passageiros. Importa lembrar que Macau irá transformar-se num Centro Mundial de Turismo e de Lazer. Gostava de aproveitar esta oportunidade para falar nesta matéria. Recentemente, fizeram-se muitos estudos sobre a situação de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e de Lazer. De facto, Macau foi sempre um destino turístico, apesar de apresentar margens para melhoria. Mas, é inegável que durante muitos anos Macau já se transformou num destino de turismo, caracterizado pelo cruzamento das culturas oriental e ocidental e

pelo património mundial. Fizemos as contas dos projectos integrados que entraram em funcionamento, especialmente de 2003 para cá: hotéis com capacidade de recepção, outros serviços de apoio, tais como venda a retalho, restauração, diversões etc. Macau já ganhou muitos prémios e está a desenvolver-se num destino de turismo consolidado, embora haja ainda muito por melhorar. É inegável que nos últimos dez anos, Macau progrediu imensamente no sentido de ser um destino de turismo. Por outro lado, é preciso promover o desenvolvimento sustentável do sector da aviação civil. Está em curso a elaboração do planeamento de desenvolvimento global do Aeroporto Internacional de Macau e o relatório sobre estudo das estratégias de mercado da aviação civil de Macau. Posso fazer-lhes uma apresentação. A Companhia do Aeroporto Internacional de Macau entrou em funcionamento há já muito tempo e, num futuro próximo, iremos elaborar um plano a longo prazo de desenvolvimento do referido aeroporto, tendo em conta o relatório preparado pela CAM. Este plano será submetido à AL pelo secretário competente. Este plano consiste no futuro investimento e na liquidação das dívidas do aeroporto. O aeroporto entrou em funcionamento na década 90 e, como agora o Governo da RAEM dispõe de boa capacidade financeira, a nosso ver, para o desenvolvimento do aeroporto, antes de mais, teremos de liquidar as dívidas que representam um encargo pesado devido aos juros. O Sr. Secretário Lau vai apresentar este plano à AL. Estas dúvidas já se arrastam por muitos anos, e entendemos ser importante liquidar estas dívidas antes de investir no desenvolvimento do aeroporto, para que este se desenvolva a par do tempo e satisfaça as necessidades do actual desenvolvimento. Entre os transportes marítimos, terrestres e aéreos, o aeroporto será uma prioridade. Embora haja quem defenda que há muitos aeroportos à volta de Macau, só que sendo Macau um Centro Mundial de Turismo e de Lazer, acredito que é uma política importante desenvolver o aeroporto e atingir um nível internacional. Por isso, o Governo da RAEM pretende liquidar antes de mais estas dívidas e, a seguir, iremos preparar um plano de investimentos para o desenvolvimento do AIM, de forma a dar articulação ao desenvolvimento do AIM, ao posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e de Lazer e, entretanto, à economia desta região. Presentemente, há ainda muita margem para desenvolvimento, portanto, não queremos ver o desenvolvimento da CAM impedido pelas dívidas acumuladas desde a década 90 até à presente data. Esta é a minha resposta às questões sobre a capacidade de apoio e de recepção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Srs. membros do Governo, caros Colegas:

O terramoto de grau 9 e o *tsunami* em Fukushima, no Japão, no mês passado, resultaram numa fuga de radioactividade, uma catástrofe que deve servir de inspiração a muitas regiões e países. Uma situação de calamidade nova pode levar a uma conjuntura difícil, por isso, há que dispor de mecanismos para tratamento e resolução eficaz de problemas decorrentes de eventuais catástrofes.

A fuga de radioactividade no Japão, embora não tenha prejudicado Macau directamente, o certo é que suscitou muitas dúvidas acerca da segurança dos produtos alimentares e da estabilidade das fontes de fornecimento dos produtos. E quer a situação melhore ou piore, a população de Macau vai sofrer prejuízos emocionais. Por isso, o Governo, para além dos actuais mecanismos de que dispõe, deve

manter-se informado sobre a evolução da situação. De que mecanismos dispõe para responder a eventuais problemas, caso em Macau se registre uma situação semelhante? Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente, obrigado Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Numa sociedade moderna, é indispensável estar-se preparado para responder a incidentes e crises, de forma que temos de andar muito atentos. Em primeiro lugar, gostava de apresentar a legislação, regulamentos, bem como o funcionamento das organizações e dos mecanismos em vigor. Temos, primeiro, o mecanismo de contingência de cooperação regional e internacional que visa lidar com incidentes no âmbito de saúde pública e da segurança alimentar; segundo, temos em Macau o mecanismo de contingência na saúde pública para lidar com casos de febre dengue, segurança alimentar, gripe e saúde; terceiro, temos o mecanismo de protecção civil que visa prestar socorro e assistência, proporcionar abrigo temporário e alimentos a vítimas; quarto, temos o mecanismo de gestão de crises de turismo que funciona a dois níveis, sendo o primeiro nível entre Macau, Hong Kong, Taiwan e a China Continental, e o segundo nível entre Macau e a comunidade internacional, nos casos de resposta a incidentes relacionados com o turismo. Penso que o Sr. Deputado Sio Chi Wai levantou essa questão, porque não se sabe quando ocorrem incidentes e quando se precisa de gerir crises. Bem, perante tantos mecanismos vigentes, será que vamos consolidá-los ou criar outro mecanismo de contingência mais completo, mais eficaz para responder a incidentes? No último caso, será importante conferir-lhe competência para tal, nos termos legais. Já passámos muitas crises, por exemplo, o SARS e outras crises de turismo ocorridas fora de Macau. Para gerir a crise da gripe, adicionámos o mecanismo de contingência de resposta à saúde pública. Tendo em conta as necessidades do futuro desenvolvimento de Macau, os Serviços de Assuntos de Justiça irão estudar a produção de uma lei que defina mecanismos de contingência de resposta a incidentes e crises. Acho isso necessário, pois nos casos de ocorrência de crises ou incidentes, o mais importante é haver um comando uniforme, comunicação mútua e divulgação atempada da informação. Para isso, é preciso competência legal para lidar com casos de crises ou incidentes. Acho a sua sugestão muito boa! Iremos dar acompanhamento a este aspecto através da produção de uma lei. Acho que agora é necessário e oportuno começar-se a aplicar um mecanismo, depois de sucederem tantos incidentes e crises nos últimos 11 anos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado.

Sr. Chefe do Executivo, caros Colegas:

Há pouco o Sr. Chefe do Executivo referiu algumas medidas adoptadas para o alívio das dificuldades com que a população se deparara. Para além disso, queria apresentar mais algumas para a ponderação do Sr. Chefe do Executivo. Desejo que o Governo não atribua os vales de saúde, uma vez que estes apenas podem ser usados quando os residentes consultam os médicos, não contribuem para a resolução do problema ligado à falta de alimentação. Acho que os vales de consumo podem ser mais úteis.

A segunda questão que pretendo colocar tem a ver com a educação.

Sendo um facto indubitável as grandes diferenças remuneratórias que auferem os docentes, entre o sector público e o privado, ao que acresce um aumento significativo no subsídio de antiguidade dos docentes do sector público, enquanto no sector privado o aumento do subsídio apenas é de 30 patacas, alargando-se mais as referidas diferenças. O que leva os docentes no sector privado a ficar insatisfeitos e desiludidos. Como é sabido, os efeitos da educação são produzidos num período contínuo e a longo prazo. Desejo que o Sr. Chefe do Executivo pondere a razoabilidade do ajustamento remuneratório dos docentes no sector privado.

Ademais, quanto ao quadro geral do pessoal docente, desde a entrada em vigor em 1991 do regime educativo de Macau até à data, a alteração da carreira dos docentes tem sido aguardada por cerca de 20 anos. Estou de acordo com a opinião do Sr. Chefe do Executivo, ou seja, sobre a garantia da vida dos docentes após a aposentação. Conheço um professor falecido que ensinou o Sr. Chefe do Executivo e que foi uma pessoa merecedora de respeito. Creio absolutamente que o Sr. Chefe do Executivo é uma pessoa que respeita os professores e é cumpridor das regras. O que quero dizer aqui é que um docente após a sua aposentação vive numa condição difícil, com uma despesa diária limitada apenas ao montante de 50 patacas. Isto é resultante da falta de garantia após a aposentação para os docentes. Neste sentido, antes ou depois da implementação do diploma sobre o quadro geral do pessoal docente, o Sr. Chefe do Executivo dispõe de qualquer medida transitória para apoiar os docentes já aposentados ou que se aproximam da aposentação, no sentido de salvaguardar a sobrevivência dos mesmos?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente.

Quanto aos vales de saúde, decorrido um certo período, os Serviços de Saúde fizeram uma sondagem que mostra que os vales de saúde foram bem acolhidos pela população. Quanto a vales de consumo, bem, fizeram também chegar a nós essa solicitação, vamos estudá-la. Vejo isso em duas vertentes: primeiro, vamos fazer este estudo, e, segundo, teríamos de consolidar os vales, ou emitir mais? Esta matéria merece ser estudada.

Bem, agora respondo à questão sobre a Educação.

Quanto aos trabalhadores docentes da geração anterior... o Sr. Deputado falou na aposentação deles. Eu pessoalmente tive também contacto com muitos casos: vivem com dificuldades devido à falta de um regime de aposentação aperfeiçoado, por exemplo, primeiro, a falta de um regime de previdência obrigatório que lhes permita uma remuneração mensal e regalias após a aposentação; segundo, eles não têm 65 anos completos quando se aposentam, neste caso, ficam sem acesso gratuito a cuidados de saúde, a vida deles torna-se muito difícil quando adoecem. Situações como estas já vimos muitas, quando participávamos nestes assuntos. De referir que fazemos o possível para cuidar deles, pois toda a gente queria ter uma vida tranquila na sua velhice, viver num ambiente familiar. Sim, estou de acordo com a opinião de dar mais garantias a esses docentes, no âmbito de acesso aos cuidados de saúde e da aposentação. Por isso é

importante, para as pessoas aposentadas, a criação de um regime de previdência e garantias de acesso a cuidados de saúde. O Sr. Deputado Chan Wai Chi colocou-nos um novo tema: como faremos até Agosto? Bem, terei de estudar, juntamente com o Sr. Secretário Cheong, esse novo tema. Vejamos o passado, tal como o Sr. Deputado referiu, em 1991 o acesso gratuito a cuidados de saúde destinados aos trabalhadores do sector da educação era autorizado de forma muito fácil: por despacho. Por exemplo, por despacho da Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e dos Serviços de Saúde, era atribuído o acesso gratuito aos cuidados de saúde aos professores que ensinavam português. Agora, acredito que é preciso aperfeiçoar este regime, para que tanto os efectivos, como os aposentados, tenham acesso gratuito aos cuidados de saúde. Actualmente, o que fazemos para os que estejam aposentados mas não tenham 65 anos completos, até Agosto? Foi essa a sua questão? Sim? Mas, no caso de não estarem aposentados e de serem titulares de cartão de docente, eles têm acesso gratuito aos cuidados de saúde. Bom, essa questão é uma questão técnica, teremos de a estudar mesmo. Estou a perceber perfeitamente essa sua questão. Para esses já aposentados, é necessário o regime de previdência e o acesso gratuito aos cuidados de saúde, por se tratar de uma questão de respeito pela sua profissão. Bem, vamos estudar esta matéria. Quanto aos problemas entre as escolas oficiais e particulares, estes são problemas antigos. Bem, hoje não temos condições de prometer uma igualdade entre as escolas oficiais e as particulares, mas podemos encurtar a distância salarial entre ambas, por respeito à sua profissão. Com a entrada em vigor da lei que define o “Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior”, a remuneração do pessoal docente vai duplicar. Os professores na situação que referiu estão a ser afectados, mas se a Lei em causa for aprovada pela AL, em Agosto, a situação deles pode ser melhorada. Recentemente levantou-se a preocupação com os professores aposentados. Vou estudar com o Sr. Secretário Cheong para ver o que podemos fazer pelos mesmos. Estamos dispostos a fazê-lo. A elaboração do referido quadro geral teve em conta a aposentação do pessoal docente, devido à falta de uma garantia na sua aposentação: não têm acesso gratuito aos cuidados de saúde, porque não têm 65 anos completos. Bem, de facto a vida é difícil e tivemos contactos com muitos casos destes.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Gostaria de responder ao que referiu há pouco o Sr. Chefe do Executivo. Se o Governo injectar realmente o montante das 2.9 mil milhões de patacas na Segurança Social, para que o valor da pensão de velhice atinja o índice de sobrevivência que é o valor de três mil patacas, entendo que esta política é meritória e deve ser implementada o mais cedo possível. Qual é a ideia do montante das 2.9 mil milhões de patacas? A atribuição da comparticipação pecuniária do corrente ano ultrapassou já este montante. Se a injeção verdadeira deste valor puder atingir a do risco social, vale pena implementar a política. Espero que o Sr. Chefe do Executivo resolva esta questão o mais cedo possível. Tendo em conta as razões históricas legadas, todos os idosos conseguem obter esta pensão de velhice, independentemente da forma das contribuições que efectuaram. Esta questão é merecedora de análise. Quanto a outra questão que o Sr. Chefe do Executivo referiu há pouco tem a ver com a resolução do problema de habitação dos cidadãos para além daquelas 19 mil habitações. Contudo, o que o Sr. Chefe do Executivo disse ainda não se concretiza efectivamente, uma vez que se verifica a burocracia. Por exemplo: o Edifício Veng

Leng fornece 880 habitações económicas, mas, após a conclusão da sua construção, não se permite ainda aos candidatos lá viver. De seguida, há dois terrenos destinados à construção de edifícios habitacionais, após a sua retoma, foram postos em hasta pública e estão ainda desaproveitados, porque é que não os utiliza para a construção de habitações públicas? Tudo isto demonstra que o Governo da RAEM não faz nada. Outra questão liga-se à reforma do sistema político. Ninguém colocou a questão relacionada com isso hoje. Quanto à reforma do sistema político, o Sr. Chefe do Executivo assumiu a promessa do respectivo estudo e encarregou a Sra. Secretária para a Administração e Justiça da concretização desse trabalho. Passados já dois anos, não se vislumbrou qualquer sombra sobre isso, nem calendário, nem itinerário, nem proposta e nem sequer uma auscultação satisfeita. Estando a aproximar-se das eleições à Assembleia Legislativa em 2013 e do Chefe do Executivo em 2014; não devia a reforma do sistema ser decidida legislativamente até ao ano 2012? Caso sim, daqui a vários meses, não podia o Sr. Chefe do Executivo ter qualquer progresso, elevar o seu nível de governação e proceder à auscultação junto da toda a população, no sentido de não parar o passo progressivo do sistema político democrático?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Eu entendo que a sua questão essencial está relacionada com a pensão de velhice, que deveria passar de 2 mil para 3 mil patacas. Eu acho que brevemente podemos apresentar o referido documento para recolher opiniões. Este é um valor estimado por grosso, onde se contempla o aumento e as despesas. Quanto às questões sobre o valor referente ao risco social e à habitação do Edifício Praça de Tranquilidade, de facto, devem todos ter reparado que vai ser apresentada a proposta de lei da habitação económica. Gostaria de ver esta proposta de lei aprovada o mais cedo possível. Com esta lei em vigor, será resolvido o problema do edifício “Praça de Tranquilidade”. Quanto ao valor referente ao risco social, vamos estudá-lo, pois também já recebemos opiniões sobre esta matéria.

Quanto ao sistema político, vou dar-lhe uma resposta. Na verdade, a Sr.^a Secretária Chan e sua equipa fizeram muito trabalho neste sentido. Onze anos a contar do estabelecimento do Governo da RAEM, o bom desenvolvimento é uma prova forte de que o sistema político previsto na Lei Básica está em sintonia com a realidade da nossa sociedade. No Relatório das LAG, prometemos ouvir todas as esferas da sociedade e estar empenhados em realizar os trabalhos respectivos. No ano passado, recolhemos opiniões através da comunicação social, em seminários, no portal do Governo, nas cartas apresentadas pelas associações, nas interpelações escritas dos Srs. Deputados e nas reuniões de trabalho realizadas a pedido de alguns Srs. Deputados. Continuamos, de forma persistente, a recolher opiniões dos especialistas, académicos, deputados à AL, membros de Macau do Congresso Nacional Popular e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e residentes de Macau, que se pronunciaram sobre o desenvolvimento do sistema político. Quanto aos canais da recolha de opiniões, achamos que os canais estão “desentupidos”. De acordo com as estatísticas, até ao momento, através de jornais, *websites*, programas de rádio, recebemos um total de 120 opiniões, das quais, 24 foram do sector político, 13 de académicos, 48 de residentes, 17 de associações e 18 da comunicação social. O Governo também recebeu dos Srs. Deputados à AL 9 interpelações escritas e orais. Estas opiniões recebidas têm pontos de vista bem

diferentes, incluindo: agora Macau deve concentrar-se mais no desenvolvimento económico, no melhoramento de nível de vida da população, na articulação com o XII Plano Quinquenal, e na exploração da Ilha da Montanha; há outras vozes expressando que Macau deve considerar cuidadosamente a questão do desenvolvimento do sistema político, devendo tratar primeiro das opiniões recolhidas, para realizar um debate com racionalidade; há opiniões defensoras da alteração dos anexos I e II da Lei Básica. Independentemente de essas opiniões serem genéricas ou específicas, o Governo da RAEM dá-lhes a mesma importância, e, de acordo com o princípio da Lei Básica, a partir da realidade de Macau, iremos estudar esses comentários e sugestões. Agora, os serviços competentes estão a proceder ao tratamento das opiniões recolhidas. O Governo continua aberto a opiniões dos Srs. Deputados, de todos os residentes, de especialistas, de académicos e das associações. Estamos muito confiantes de que através de uma discussão profunda e racional, será possível, no âmbito da Lei Básica, chegar a consenso sobre o desenvolvimento do sistema político e fazer avançar o respectivo trabalho.

Vamos também estudar a questão levantada pelo Sr. Deputado Ng Kuok Cheong quanto ao valor referente ao risco social e ao edifício Praça da Tranquilidade, dois dos problemas mais urgentes.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Sabe-se que o consenso social nunca foi possível de alcançar sem trabalhar, tem de contar com as diversas medidas adoptadas pelo Governo para a sua coesão, por isso, o Governo não deve, para recusar o progresso do sistema político, alegar que a sociedade não chega a qualquer consenso.

A questão que quero colocar hoje é a seguinte:

Tendo em conta a construção das 19 mil habitações, que é o objectivo inalterável, gostaria de alertar o Sr. Chefe do Executivo de que faltam apenas 621 dias para a chegada da data da conclusão da construção dessas 19 mil habitações. Neste momento, só há 20% de habitações construídas, outras 20% estão ainda em construção e a construção de 60% das habitações ainda não teve início. Por isso há que começar quanto antes a sua construção, caso contrário, o referido objectivo não passará de um sonho. A construção das 19 mil habitações públicas é uma promessa inalterável, para além disso, o Governo deve ter mais planos de construção de habitações públicas, cujo estudo não pode apenas ser feito após a construção daquelas 19 mil habitações, caso contrário, a oferta das novas habitações públicas arrastar-se-á por vários anos.

Nestes últimos onze anos, o Governo recorreu a vários pretextos para dispensar a realização de concursos públicos, com vista a assegurar a concessão de terrenos a preços bastantes baixos. Existem, a norte da Estrada Flor de Lótus, no Cotai, uns terrenos com cerca de um milhão de metros quadrados, a preços muito baixos, que se encontram ainda por partilhar pelas diversas concessionárias do jogo. Como os terrenos destinados à construção de habitações para os residentes têm que ser vendidos em hasta pública, é inevitável que a subida dos custos habitacionais seja impulsionada.

Face às críticas contínuas, o Governo acabou por decidir suspender a venda em hasta pública de dois terrenos, estes dois terrenos foram depois reservados para futura construção de habitações públicas, em detrimento do seu aproveitamento directamente para a construção de habitações públicas. A actuação do Governo revela que se estes dois terrenos não puderem ser vendidos em hasta pública, vão ser reservados para que não possam ser aproveitados. Este tipo de capricho não é próprio de um Governo, e não é aceitável. O deve Governo tomar a iniciativa de proceder à integração imediata dos referidos dois terrenos no plano de construção de habitações públicas, no sentido de aumentar a quantidade destas habitações? Essa atitude pode legitimar que as suas acções governativas têm de facto por base a população?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, Obrigado Sr. Deputado Au Kam San.

Perguntou por que razão não foram postos em hasta pública os dois lotes de terrenos recuperados que tinham sido concedidos? Gostava de aproveitar esta oportunidade para explicar esta matéria, pois estão preocupados com o mercado imobiliário. Hoje, apresento-lhes uma série de medidas introduzidas. Na nossa opinião, não é oportuno colocar estes dois lotes a leilão. Mas, é de reiterar que a política do Governo da RAEM não vai mudar: os lotes destinados à construção de habitação comercial devem ser leiloados. Para os lotes que beneficiam de políticas preferenciais ou de políticas mais favoráveis, podemos considerar outras maneiras, por exemplo, planeava-se construir um parque temático, mas o que é mais preciso são hotéis de menos estrelas ou centros comerciais, etc. Certamente isto não vai acontecer nesta fase. De notar que, apesar de o Governo continuar com esta política, isto implica investimento e são projectos específicos. Podemos não autorizar a alteração de finalidade nem a alienação dos referidos lotes, mas na consideração do desenvolvimento económico e do melhoramento do nível de vida da população, devemos ainda estar preocupados com o desenvolvimento económico. Damos grande importância à construção de habitação pública, que é agendada com prioridade. O Sr. Secretário Lau sugeriu-me que recuperasse estes dois lotes, após estudo profundo... provavelmente o Sr. Deputado Au compreendeu isto de forma diferente, porque o Sr. Secretário Lau trabalha nesta matéria com muita seriedade e de forma diligente, e a sua equipa também perdeu tempo nesta matéria. Como todos sabemos, os processos de leilão e os procedimentos de abertura de concurso, realizados pelo Governo, são uma carga de trabalhos pesada. Decidida a recuperação destes lotes, eu concordei e a minha decisão de recuperação foi publicada no BO. O Sr. Secretário Lau anunciou também que estes lotes estão reservados para a edificação de habitação pública, para a qual será aberto concurso, o que faz parte do regime da habitação pública. Foi esta a verdadeira intenção do Governo, e que será implementada. No entanto, para construir tanta habitação pública é preciso fazê-lo passo a passo. Antes do final do mês de Junho, serão realizados todos os concursos necessários. Acredito que, findos os concursos, após a respectiva avaliação, serão seleccionadas as empresas empreiteiras. Daí que vão perceber claramente qual o calendário e o andamento. Estes dois lotes estão mesmo reservados como recursos de terras para a habitação pública. Num despacho meu, já concordei com a construção de habitação pública nestes lotes. Portanto, gostaria de aproveitar esta

oportunidade para explicar isso aos Srs. Deputados, no sentido de tomarem melhor conhecimento de todo o processo, e perceber melhor esta série de medidas anunciadas hoje.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De que forma pode assegurar o Governo a utilização justa, eficaz e racional dos recursos de solos de Macau, elevando a qualidade de vida da população, tem sido, desde sempre, um dos assuntos que tem despertado a atenção da população. Há a lamentar que o Governo da RAEM não disponha de um método transparente para tratar do assunto. Veja-se um exemplo: de acordo com as informações públicas nestes últimos tempos do Boletim Oficial, há 113 terrenos que não foram bem aproveitados como exigido. O Sr. Chefe do Executivo divulgou através de despacho o início do processo de retoma de cinco dos terrenos concedidos. O que demonstra a falta de uma posição activa pelo Governo na resolução desta questão e produz o efeito de açambarcamento a longo prazo de terrenos, o que prejudica os interesses públicos locais.

Ademais, as disposições que regulam a cobrança dos prémios estão desactualizadas, levando a que a farinha de trigo seja barata, mas o pão seja caro.

Sr. Chefe do Executivo, o Governo vai acelerar a inspecção dos lotes dos terrenos devolutos, para que os recursos de solos possam ser aproveitados de forma justa e razoável. O público vai ser esclarecido em tempo oportuno sobre a situação de terrenos? Que seja salvaguardado o direito à informação do público e que seja melhor exercido o poder de fiscalização! Para além disso, de que medidas dispõe o Sr. Chefe do Executivo que possam resolver a cobrança irrazoável dos prémios, no sentido de acabar com a injustiça e a irrazoabilidade da situação em que o preço do pão é muito mais elevado do que o da farinha de trigo? Ademais, quanto à revitalização dos edifícios industriais, perante os actuais prémios que são tão baixos, pondera o Sr. Chefe do Executivo a fixação das regulamentações que limitam ao comprador, o preço e o lucro, que os promotores ganham, no sentido de evitar que os edifícios destes lotes se transformem em edifícios de luxo?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Penso que todos nós sabemos que o Secretário Lau e os serviços competentes estão empenhados em rever a Lei de Terras através de consulta pública. A revisão da Lei de Terras envolve uma série de problemas pois tem de estar a par da evolução do tempo. O desenvolvimento de antigamente é bem diferente do desenvolvimento actual, requerendo que a revisão esteja a par da evolução do tempo, para utilizar os solos de forma mais adequada e eficaz. Quanto à revisão da Lei de Terras, no futuro, serão muito mais claras as disposições quanto ao prazo do uso, o tempo do plano

de investimentos, o período de construção, as sanções pecuniárias e a recuperação de terrenos, e a lei será aplicada com eficácia. Em relação aos lotes concedidos devolutos, o Sr. Secretário Lau, o seu Gabinete e a DSSOPT, também fizeram realmente muito trabalho, dos 113 lotes analisados, 48 lotes são alvo de recuperação. Podem ficar tranquilos, porque tudo isto foi publicado no BO, ou seja, em despacho, e na Lei de Terras vê-se bem como são tratados os tais lotes. É nosso desejo recuperar os lotes concedidos mas ainda não desenvolvidos, se a última análise mostrar ter as condições reunidas. Para esta recuperação, de um modo geral, levam-se em conta vários elementos importantes: vocês podem verificar isto no despacho já publicado no BO. De lembrar que aqueles lotes foram concedidos há muitos anos e é importante considerar as circunstâncias em que os mesmos foram concedidos naquela altura. Quanto a estes lotes, como não tenho conhecimentos jurídicos, a minha resposta pode não ser muito precisa. Bem, respondo de forma simples: primeiro, o tempo de utilização; segundo, o prazo de desenvolvimento; terceiro, pagamento complementar de prémio, ou seja, os juros, resultante do não desenvolvimento, ultrapassado o prazo. Portanto, são estes os elementos importantes. Por exemplo, não fizeram nada com o lote concedido, nem apresentaram plano de investimento, neste caso era fácil arrancar com o processo de recuperação deste lote. Mas, nos termos legais, o arranque do processo de recuperação tem de obedecer a uma série de procedimentos. Por exemplo, é preciso dar oportunidade de audiência escrita ou audiência presencial. É preciso haver essa audiência para que o processo de recuperação de lotes não tenha vícios. Entretanto, os serviços competentes têm de examinar se o processo está a correr de acordo com a lei, porque muitos lotes foram concedidos há muitos anos ao abrigo da lei ainda na versão em língua portuguesa. De qualquer forma, é responsabilidade indeclinável do Governo proceder à sua recuperação. O gabinete do Sr. Secretário Lau e a DSSOPT fizeram muito trabalho, analisaram mais de cem lotes e mais de 40 lotes serão recuperados. Foram iniciados os processos de cinco lotes declarados caducados; alguns estão à espera de audiência; alguns foram encaminhados para o Ministério Público e alguns foram entregues ao Comissariado Contra a Corrupção, para examinar se os procedimentos administrativos estão em conformidade com a lei. De referir que trabalhámos imenso nesta matéria e com sinceridade. Devido aos pareceres jurídicos, alguma informação não poderia ser divulgada de imediato. Mas acredito que, findos os procedimentos, e se a lei o permitir, a informação pode ser relativamente divulgada ao público. Porque, na verdade, tudo é transparente, uma vez que o despacho em causa foi publicado no BO. O Governo da RAEM tem a obrigação de actuar com integridade, cumprir a lei, que é uma obrigação de todos os Governos. Ao mesmo tempo que temos de ser dedicados às nossas funções, também temos de cumprir a lei, temos de procurar aconselhamento jurídico. Portanto, estamos empenhados em prosseguir com estes processos. Até hoje, já foram realizados muitos processos e acredito que ainda vão avançar mais. Só que temos de dar ao promotor a oportunidade de audiência. Segundo o parecer jurídico, nos termos legais, a falta de audiência significa que o processo tem vício. Por exemplo, foi correcto o processo? Foi dada uma oportunidade ao promotor para se pronunciar? Isto, uma vez que estamos a lidar com despachos e contratos que regulam os lotes concedidos há muitos anos e contra os quais estamos a mover estes processos. No entanto, de um modo geral, estamos empenhados em fazer o acompanhamento, mas, eventualmente, os visados também podem intentar uma acção, pois pode haver promotores que discordem da decisão do Governo, achando-a irracional. De notar que existe um controlo mútuo entre os órgãos executivo, legislativo e judicial. O órgão judicial funciona com independência. Isso também é muito importante para a RAEM. Porque vemos casos

como estes: nos casos de divergência, intenta-se uma acção no tribunal e todos têm uma oportunidade de apresentar um recurso. Por isso, quanto a estes lotes, não excluimos a possibilidade de serem intentadas acções. Mas prometemos trabalhar empenhadamente, com grande transparência, na medida do possível e em conformidade com os procedimentos administrativos. Na verdade, como sabem, um processo deste género demora muito tempo para ser julgado no tribunal. Tal como no passado, também estes casos serão julgados com independência, porque ambas as partes envolvidas vão também querer recorrer ao tribunal pelo domínio dos lotes em causa. Deixo agora este compromisso. Bem, quanto à Lei de Terras, o mais importante é fazer uma revisão que seja capaz de atender às necessidades do desenvolvimento actual. Em relação à requalificação dos edifícios industriais, também recolhemos muitas opiniões e o Sr. Secretário Lau já me apresentou as medidas a tomar: por um lado vamos estudar esta possibilidade, por outro lado, vamos auscultar mais opiniões.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Chak Mo

Chan Chak Mo: Obrigado Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo, Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Segundo os dados mais recentes da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, entre Novembro de 2010 e Janeiro de 2011, a taxa de desemprego em Macau atingia os 2,7%, o valor mais baixo desde o Retorno à Pátria, ou seja, atingiu-se uma fase em que toda a população está empregada. Mas, como todos sabem, o mercado laboral depara-se com o problema da falta de recursos humanos, assim como as PME. Macau é uma cidade turística de nível internacional, e se faltarem trabalhadores competentes e em número suficiente para prestarem bons serviços, a satisfação dos turistas será afectada assim como será negativamente influenciada a imagem turística de Macau. E como no próximo mês e nos finais do ano vai abrir portas um grande hotel casino, o problema da falta de recursos humanos só vai piorar. Sendo assim, Sr. Chefe do Executivo, de que medidas dispõe o Governo para resolver a questão da falta de recursos humanos?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, Obrigado Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Quanto aos recursos humanos, aplicamos alguns princípios, sendo o primeiro garantir o acesso ao emprego dos residentes locais. Este é o grande princípio! Penso que todos o irão aprovar, quando há necessidade de importar mão-de-obra. Presentemente, temos muito por fazer no âmbito da formação para obtenção de cartão profissional e mobilidade, para um patamar superior dos recursos humanos locais. Bem, dependendo da situação, o Sr. Secretário Tam vai proceder a uma avaliação. De um modo geral, percebo perfeitamente isso, porque devido ao desenvolvimento de Macau, e tal como referiu o Sr. Deputado Chan Chak Mo, vão entrar em funcionamento em Maio e Agosto dois grandes projectos integrados. Assim, os recursos humanos poderão ser escassos. De notar que esta pode ser uma boa oportunidade para os locais se mobilizarem para

um patamar superior, uma vez que o facto de mudar de emprego pode significar uma esperança de progredir para quem tenha experiência e formação. Quanto a isso, acho importante fazer um reforço. Os dois grandes projectos que entram em funcionamento brevemente podem fazer sentir a escassez dos recursos humanos. Tendo em conta a realidade, o Sr. Secretário Tam já os anunciou publicamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Ho Ion Sang.

O Presidente Hu Jintao afirmou, por ocasião da cerimónia do 5.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, que “*os olhos têm de ser postos no futuro, reforçando a formação dos especialistas de que Macau necessita para o seu desenvolvimento*” e o Vice-Presidente Xi Jinping exortou, durante a realização das reuniões da APN (Assembleia Popular Nacional) e do CCPPC (Conferência Consultiva Política do Povo Chinês), “ao desenvolvimento de mais acções de formação de jovens”. É então neste contexto que o papel dos jovens assume grande relevância para o desenvolvimento de Macau.

Assim sendo, gostaria de colocar ao Sr. Chefe do Executivo as seguintes questões:

Como é que os jovens podem enfrentar os desafios e agarrar as oportunidades decorrentes da implementação do XII Plano Quinquenal e do Acordo Quadro de Cooperação entre Macau e Guangdong? Entendo que é possível:

1. Através da sua inserção no mercado de trabalho, depois de findos os estudos;
2. Com a experiência adquirida após vários anos de trabalho;
3. Após adquirirem experiência e aptidão profissionais.

Contudo, como é que as autoridades encaram as diversas fases de desenvolvimentos dos jovens? E que apoios e assistência lhes devem ser dispensados nas diversas fases?

Como é que se pode concretizar a estratégia de “facultar mais oportunidades aos jovens para participarem e darem o seu contributo para a sociedade”, referida nas LAG para 2011? Como podem criar-se condições para incentivar os jovens a articularem-se com o XII Plano Quinquenal e com o Acordo Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau, especialmente no desenvolvimento da Ilha da Montanha, para que possam ter perspectivas e confiança no futuro, e contribuir com a sua prestação para o País e para Macau?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente Lau, obrigado Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Tento responder às suas questões de níveis diferentes. Para todos os residentes de Macau, especialmente para a próxima geração, e para os jovens, em primeiro lugar, temos de lhes dar oportunidade de aceder à Educação, sendo este um seu direito. Esperamos que, além

do ensino obrigatório, eles possam aceder ao ensino não superior e ao ensino superior. Quanto a isso, estamos mais confiantes na sua implementação. Quanto a 2º nível, o Sr. Deputado Ung Choi Kun perguntou sobre a saída profissional dos residentes que tenham adquirido experiência depois de ter arranjado o primeiro emprego. Quanto a isso, depende do desenvolvimento integrado de Macau e das oportunidades de oferta de emprego através do desenvolvimento da Ilha da Montanha. Quem tem já experiências de vários anos de trabalho tem mais vantagem face aos recém-licenciados, porque findo o curso superior, o primeiro emprego é fundamental para os jovens adquirirem experiência durante anos. É melhor para os jovens ganharem experiência no primeiro e segundo emprego. Quanto ao 3º nível, falou no profissionalismo. Muitos Srs. Deputados levantaram também já esta questão: Macau tem de trabalhar mais para as pessoas competentes, no sentido de dignificar o seu estatuto, respeitar a sua especialização e desenvolvimento profissional. Penso que através da cooperação entre o Governo e as associações profissionais, a sua especialização será melhor desenvolvida para atingir o nível internacional. Quanto a isso, estou de acordo, mas antes de mais, é importante concluir o ensino superior. Portanto, o Governo está confiante e determinado em conseguir dar este apoio. Quanto a outros aspectos, acho que têm a ver com a planificação profissional e a educação sobre a vida. Recentemente estes dois aspectos foram tema muito importante, é verdade. Não estou a generalizar em relação a todos os jovens, mas de facto ao longo de crescimento dos mesmos, os seus pais dão-lhes demasiado carinho. Portanto, muitos estudos apontaram que é muito útil para o crescimento dos jovens adquirir experiência na vida e participar mais nas actividades da sociedade. Quanto a isso, o Governo assegura a primeira “barreira” que é dar-lhes boas oportunidades de aceder à educação para concluir os estudos. Quanto à procura de emprego, perante o desenvolvimento actual, estou a ver que é satisfatória a situação de emprego dos licenciados das instituições superiores de Macau. Por exemplo, nos últimos anos, os licenciados das instituições superiores arranjam emprego na área de turismo, serviços, comércio ou informática, entre outras. Portanto, a situação

de emprego está boa. Quanto a isso, damos mais apoio, especialmente estando em curso tantos projectos. Quanto ao desenvolvimento da cooperação com a China Continental, tal como referi há instantes, muitos estudantes da China Continental estão dispostos a prosseguir estudos em Macau e muitos estudantes de Macau gostavam também de tirar cursos superiores na China Continental, especialmente nas universidades famosas, por isso, esta tendência ainda vai aumentar. Podemos fornecer mais oportunidades aos estudantes de Macau para continuarem os estudos nas universidades de prestígio em todo o mundo. Claro, para isso são essenciais dois requisitos: primeiro, ter bom aproveitamento escolar; segundo, serem admitidos pelas universidades. Não é fácil arranjar vagas nas universidades de prestígio. Acho que, por meios destas formas, esperamos fornecer mais oportunidades aos jovens. Na verdade, ao longo do crescimento dos jovens, além da escola, a educação dada pela família e pela sociedade são fundamentais, para adquirir o sentido correcto da moral e de vida. Para alcançar este objectivo, não se pode depender apenas do Governo, sendo necessário trabalharmos em conjunto. De qualquer forma, os jovens têm mais oportunidade de aceder à educação e ao acesso ao emprego, face ao passado.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Bem, Srs. Deputados:

Às questões dos 22 Srs. Deputados, o Sr. Chefe do Executivo já respondeu. Aqui, em nome da Assembleia Legislativa, agradeço ao Sr. Chefe do Executivo pelas respostas às perguntas dos Srs. Deputados. Obrigado aos governantes, membros do Conselho Executivo pela vossa presença neste plenário.

Assim, declaro encerrada a reunião.

Intérpretes-tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

